



Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Adopção Inter-Étnica: Motivações, Percursos de Vida
e Inserção no Meio**

Isabel Cristina Váron de Carvajal

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:
Professora Doutora Carla Moleiro, Professora Auxiliar,
ISCTE-IUL

Setembro, 2010

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, às famílias que colaboraram, dispensando do seu tempo em família e por vezes de trabalho e partilharam as suas experiências e opiniões da adopção; aos técnicos que participaram no grupo de discussão. À minha querida filha Nayeli, obrigada, por ter colaborado das mais variadas formas durante esta longa caminhada; à minha amiga e colega Graça André, pela força que me transmitiu, pelos contactos que disponibilizou para poder chegar aos técnicos; ao meu marido Rodrigo pela paciência, apoio e colaboração; à colega e amiga Vera Reis pela sua ajuda incondicional, pela presença, quando mais precisei; aos colegas de Mestrado que colaboraram para poder chegar às famílias; e por fim, à minha orientadora, que sempre esteve presente na elaboração deste trabalho, acreditando que era possível; pela esperança, força e energia positiva que me transmitiu; pela paciência e respeito pelo meu ritmo de trabalho e principalmente por todos os ensinamentos que me transmitiu durante esta longa e difícil caminhada, que estou certa, são um importante contributo para minha vida profissional e pessoal.

RESUMO

O presente trabalho procurou estudar a adopção inter-étnica em Portugal, pouco estudada no nosso contexto. Para atingir o objectivo principal, foram realizados dois estudos: No primeiro, pretendia-se explorar, quais as motivações e experiências de um grupo de pais que adoptaram crianças de uma etnia/cultura diferente da sua. O segundo, pretendia identificar e analisar as representações de um grupo de técnicos de equipas de adopção, sobre a etnia e cultura da criança em situação de adoptabilidade e das famílias adoptivas. Deste modo, foi utilizada a metodologia qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas de profundidade a treze famílias e um grupo de discussão focalizada, com nove técnicos de equipas de adopção. Os resultados do primeiro estudo, salientam que o ciclo vital nas famílias adoptivas é mais complexo. Ainda, estas famílias inter-étnicas por adopção, apresentam dificuldades acrescidas relacionadas com as características étnicas das crianças que tornam visível a adopção, por um lado, e todos os elementos da família são expostos a situações de discriminação e racismo, por outro. Devido a estes factos, as famílias entendem que são necessários serviços específicos, que prestem assistência à família e ao adoptado. Os resultados do segundo estudo revelam, que os técnicos, apesar de darem especial relevância à avaliação e à complexidade das motivações para adopção no processo de selecção dos candidatos, não preparam as famílias para fazer face às tarefas desta adopção específica. Por fim, são discutidas as implicações, à luz da literatura internacional e são propostas futuras direcções, para estudos na área da adopção inter-étnica em Portugal.

Palavras-Chave: Adopção Inter-Étnica, Motivação para Adopção, Representações da Adopção, Inserção no meio.

Categorias da PsycInfo:

2956 Childrearing & Child Care

3373 Community & Social Services

ABSTRACT

The present study sought to study inter-ethnic adoption in Portugal, a domain that has been scarcely studied in our context. In order to achieve that goal, two studies were conducted. In the first study we aimed to explore the motivations and experiences of a group of parents who adopted children from an ethnic background different than their own. The second proposed to analyze the representations of a group of adoption services professionals regarding the ethnic background of children in adoption and adoptive families. Hence, a qualitative methodology was utilized, with semi-structured in-depth interviews to 13 families, and a focus group with 9 professionals from adoption services. The results of the first study highlight that the life cycle of adoptive families is more complex. Moreover, these families present added difficulties related to the visibility of the adoption, on the one hand, and the experience of discrimination and racism by all members of the families, on the other. Given these facts, families argue for the need of specific pre- and post-adoption services, which provide assistance to the family and the adoptee. The results of the second study reveal that professionals pay special attention to the evaluation and complexity of motivations for adoption by applicant families; however, they do not prepare them to face the specific tasks and challenges of this type of adoption. Finally, implications are discussed in light of the international literature and future directions for further studies on inter-ethnic adoption in Portugal are suggested.

Key-words: Inter-ethnic adoption; Adoption motivation; Representations of Adoption; Integration.

PsycInfo Codes:

2956 Childrearing & Child Care

3373 Community & Social Services

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Resenha Histórica da Adopção ao Nível Internacional.....	1
1.2 Resenha Histórica da Adopção em Portugal.....	3
1. 2.1 Alterações Importantes até a Actualidade.....	5
2. ADOPÇÃO E ESPECIFICIDADES.....	8
2.1. Definição da Adopção.....	8
2.2 Motivação para à Adopção.....	8
2.3 Principais Funções da Adopção.....	11
2.4 Tendências Actuais da Adopção.....	12
2.4.1 Dados da Adopção em Portugal.....	14
2.4.2 Dados da Adopção Internacional.....	15
3. ADOPÇÃO INTERNACIONAL E INTER ÉTNICA.....	17
3.1 Resultados de Estudos de Adopção de Crianças de Outra Etnia/ Cultura.....	18
3.2 Impacto da Etnia e Identidade em Crianças Adoptas.....	20
4. FAMÍLIA FILIAÇÃO E CULTURA.....	21
4.1 A Teoria das Representações Sociais para a Análise da Adopção.....	24
5. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	26
6. OBJECTIVO GERAL DO ESTUDO.....	26
6.1 Objectivos Específicos.....	27
7. MÉTODO.....	28
8. DESENHO DO PRIMEIRO ESTUDO.....	28

8.1 Características das Famílias Adoptivas do Estudo.....	28
8.2 Instrumento e Procedimentos.....	35
8.3 Análise da Informação Obtida no Primeiro Estudo.....	36
9. RESULTADOS DO PRIMEIRO ESTUDO.....	37
10. SINTESE E DISCUSÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO ESTUDO.....	48
11. DESENHO DO SEGUNDO ESTUDO.....	51
11.1 Caracterização do Grupo de Técnicos da Equipa de Adopções.....	52
11.2 Instrumentos e Procedimento do Segundo Estudo.....	53
11.3 Análise da Informação Obtida no Segundo Estudo.....	54
12 SINTESES E DISCUSÃO DOS RESULTADOS DO SEGUNDO ESTUDO.....	66
13. DISCUSÃO GERAL E CONCLUSÕES.....	68
14. RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS.....	68
15 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXOS	
Guião de Entrevista a Famílias. N° 1.....	75
Guião do Grupo de Discussão Focalizada aos Técnicos N° 2.....	80
Curriculum Vitae N° 3.....	82

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-Distribuição dos Pais Adoptivos por Faixa Etária	29
Tabela 2-Naturalidade dos Pais Adoptivos	29
Tabela 3- Formação Académica dos Pais	30
Tabela 4- Tipologia Familiar e Número de Filhos por Família.....	31
Tabela 5- Idade do Filho Adoptivo e tempo na Família de Adopção.....	31
Tabela 6- Área de Residência das Famílias Adoptivas Entrevistadas.....	32
Tabela 7- Rendimentos do Agregado Familiar.....	33
Tabela 8- Origem Étnica/Cultural dos Filhos Adoptivos.....	34
Tabela 9- Distribuição de Crianças por Faixa Etária e Género.....	34
Tabela 10- Surgimento da Ideia da Adopção.....	37
Tabela 1- Motivações para a Adopção	38
Tabela 12- Motivações para a Adopção Inter-Étnica.....	39
Tabela 13- Impacto da Adopção na Criança, Percepção dos Pais.....	40
Tabela 14- Reacção da Família Alargada à Integração da Criança.....	41
Tabela 15- Reacção do Meio Social, Quando Identificam que é uma Criança Adoptada.....	42
Tabela 16- Integração Escolar da Criança.....	43
Tabela 1- Percepção da Família Adoptiva Face a Outros Tipos de Famílias.....	44
Tabela 18- Aculturação e Integração.....	45
Tabela 19- Acompanhamento e Apoios da Equipa de Adopção às Famílias.....	46
Tabela 20- Caracterização do Grupo de Técnicos da Equipa Adopções.....	52
Tabela 21- Distribuição dos Técnicos da Equipa de Adopções, por Faixa Etária.....	53
Tabela 22- Percepção das Motivações dos Candidatos a Adopção.....	55
Tabela 23- Características dos Candidatos à Adopção de Crianças de Outra Etnia / Cultura.....	58
Tabela 24- Factores Associados ao Sucesso da Adopção.....	59
Tabela 25- Motivações / Características dos Candidatos à adopção Internacional.....	61
Tabela 26- Acompanhamento às Famílias pela Equipa de Adopções.....	63
Tabela 27- Análise Swot.....	64

1.INTRODUÇÃO

Como ponto de partida, apresentamos uma breve resenha histórica, o enquadramento legal da adoção e algumas considerações teóricas que servirão para a análise do problema de estudo - da dinâmica da adoção de crianças de etnia diferente da família adoptante. Procede-se, posteriormente, à apresentação do método desta investigação, os resultados das entrevistas e a discussão dos mesmos tendo em conta o contexto teórico escolhido.

1.1 Resenha Histórica da Adoção ao Nível Internacional

Segundo consta, as origens da adoção têm raízes muito remotas, verificando-se em todos os povos da civilização patriarcal. Pode dizer-se, que é uma prática universal e transversal no tempo, tendo como característica principal a extrema adaptabilidade das sociedades nas quais foi acolhida, que deu a origem a vários tipos de adoção, com significados diversos (Kadushim, 1980, cit in Zurita, J. F., & Martí, P. A 2005).

A primeira adoção registada da história, foi no nascimento do Sargon I (fundador de Babilónia no século XVIII, A.C.). Posteriormente, os Romanos instauraram a filiação adoptiva. Em primeiro lugar, para garantir o culto aos antecessores e depois, com um objectivo social, a transmissão do património e a elevação do adoptado ao nível civil superior, de patrício ao cidadão (Kadushim 1980, cit in Zurita, J. F., & Martí, 2005).

No direito Romano existia uma especificidade: a adoção de adultos. A protecção e o interesse da criança, não eram assuntos considerados. Existiram duas formas de adoção: a *adoptio* e a *arrogatio*. A *adoptio*, era a incorporação de um *alini iuris* à família, na qualidade de filho ou descendente de ulterior grau. A *arrogatio*, permitia que fossem adoptados os homens livres *sui iuris*. Na *arrogatio*, segundo indica Hualde, J. J. (1979, p.24) «não só o adoptado mas também toda a sua família, se agrega à do adoptante, o que supõe a desapareição de um grupo familiar e a sua absorção noutra. Portanto, a *arrogatio*, devido às suas características, é um acto de maior transcendência que a *adoptio*, o qual influirá nas formalidades requeridas». Este tipo de adoção foi encontrado no Egipto, na Índia, na China, e na Grécia (Zurita, J. F., & Martí, P. A. 2005).

Na Índia antiga, o principal objectivo da adoção, era a perpetuação dos rituais religiosos, pois só o filho varão podia celebrar cerimónias fúnebres e a única restrição adoptiva, era a não coincidência de castas. Da mesma forma que as leis modernas, o adoptado deixava de

ter laços de filiação com a família de origem e passava a ter igualdade de direitos que os filhos biológicos, da nova família adoptiva. (Sousa, 1973, cit in Oliveira, 2007).

Os Gregos antigos podiam, frequentemente, adoptar um estranho, mesmo tendo filhos biológicos, por questões de sucessão e herança. A adopção fazia-se, geralmente, junto de parentes próximos, principalmente aqueles que tivessem capacidade para fazer testamento e perpetuar o *oikos*¹. As diferenças entre o filho adoptivo e o biológico estavam relacionadas com a herança, sendo que o filho biológico era automaticamente herdeiro e o filho adoptado tinha que reivindicar o património em cerimónia simbólica. A segunda diferença, encontrava-se no facto da pessoa acolhida numa família por adopção, teria que obrigatoriamente procriar para poder ter filhos (Sousa, 1973, cit in Oliveira, 2007).

Em 1804, no código francês, os efeitos da adopção eram restritos. O adoptado mantinha-se na sua família de origem, herdando o património da família adoptante, sem criação de filiação, apesar de assentar na base afectiva, de cuidado do adoptado (Oliveira, 2007). Em 1923, a França permitiu, pela primeira vez, a adopção de crianças com outro objectivo: como um recurso capaz de superar a ausência de herdeiros e ao mesmo tempo, a impossibilidade de dar continuidade à família, a transmissão do nome e do património.

Parece ser que a primeira Lei Moderna de Adopção, terá sido promulgada em Massachusetts em 1851. Na Europa, só na primeira guerra Mundial começou a ter importância social. Nas leis Francesas e Inglesas de estes tempos, perdura o desejo de satisfazer as famílias de ter um filho. No entanto, começa-se a vislumbrar a tendência de obedecer em primeiro lugar, o interesse da criança. Os acontecimentos provocados pela grande Guerra Mundial,² foram os incentivadores que, de uma forma dramática, modificaram a atitude em torno da adopção em todas as sociedades ocidentais. A adopção permitiu dar resposta à problemática das crianças que ficaram sem família, órfãos da guerra. Neste momento começaram-se a pôr grandes questões, relacionadas com a adopção: a realização por pais já com filhos biológicos; a possibilidade de um período pré-adoptivo e a atribuição do estatuto de filho, aos olhos da Lei. Aos poucos, estas questões alcançaram um lugar privilegiado, não só nas diferentes legislações, mais também na

¹ A unidade familiar: pessoas, coisas e cultos (Oliveira, 2007).

² Os fenómenos da queda da natalidade no Ocidente e a superpopulação do terceiro Mundo acabaram por internacionalizar adopção (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009).

política social de protecção da infância e, principalmente, nos costumes dos povos (Amorós, 2000 & Zurita, J. F., & Martí, P. A. 2005).

No século XX, as políticas legislativas de favorecimento da adopção, tornaram-se mais constantes, sendo introduzidas em países onde não existiam e sendo alvo de políticas legislativas abrangentes e abertas, em países onde já vigoravam. Neste momento histórico, surgiu a visão moderna da adopção, passando a ser um instrumento de protecção dos direitos das crianças, tornando-se, portanto, num direito para elas. Foi neste período que se formou a máxima: a adopção visa dar uma família a uma criança, e não uma criança a uma família (Oliveira, 2007).

1.2 Resenha Histórica da Adopção em Portugal

No caso de Portugal, a adopção remonta ao século XII e tinha como finalidade essencial, a transmissão do nome e do património do adoptante, sendo os interesses deste, objecto imediato de tutela jurídica e relegando-se o interesse do adoptado, para um plano secundário.³

A partir do século XVI, o instituto entrou em declínio e foi afastado do nosso sistema jurídico, pelo código civil de 1867, com o argumento,⁴ “que a adopção ousa criar uma paternidade fictícia a excepto da paternidade natural, sem contudo, corresponder à necessidade alguma do coração humano” (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009, p. 314- 315).

A ausência da legitimação da adopção, por parte dos agentes culturais dominantes da sociedade, reforçou o silêncio em torno desta matéria, já que saía do âmbito inspirador do direito, da moral e da ordem social. Foi assim proscribida durante um século, do direito português, por se considerar que a adopção era de carácter exclusivamente cultural (Sousa, 2000).

Perante a existência do vazio legal referido, obrigava os defensores da adopção a levar a cabo estratégias de contornos ou compensação da lei. Como exemplo deste tipo de procedimento, pode ser encontrado na actuação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

³ O adoptado surgia, na relação jurídica adoptiva, somente como objecto de satisfação altruísta do adoptante (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009).

⁴ António de Seabra não legisla sobre a adopção, por considerar um assunto sem interesse social. Todo o discurso de Seabra baseava-se em conceitos como filiação natural ou filho adoptivo, como sendo “parentesco imaginário”; uma adopção era mais um assunto do coração, do que da razão e a lei; não se podia compadecer com questões emocionais, (Sousa, 2000, p. 44).

(SCML) e assume lugar de destaque, na história da assistência à infância em Portugal (Sousa, 2000).

Em 1543, a Carta Régia incumbia à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa de recolher as crianças abandonadas, no mecanismo que se chamou, “Roda dos Expostos”⁵ (Pedroso & Gomes, 2002). Os pais com escassos recursos entregavam os seus filhos ao cuidado daquela instituição, com o objectivo de os resgatar, se o decidissem. A adopção, na época, não seria uma alternativa para estas crianças (Oliveira, 2007).

A redacção do Código Civil, escrito em 1858, revelou um cenário conflitual, no que toca à adopção, devido à disparidade de opiniões, evidentes em discursos da época. Por um lado, defendia-se que a visão herdada do Direito Romano – assente em princípios patrimoniais – devia ser eliminada e adoptar-se os princípios, já referidos, do Código de França, de onde passariam para outros códigos. A discussão culminaria no desaparecimento da figura da adopção, do Código Civil Português, durante um século (Oliveira, 2007).

A SCML organizou, desde 1959, a entrega de crianças a “Famílias adoptivas”, de acordo, por um lado, com as práticas e legislações estrangeiras e, por outro, o projecto de Código Civil Português que entraria em vigor em 1967. No período que medeia essas datas, as crianças “adoptadas” ficavam em situação de tutela delegada pelo Provedor da SCML (Correia, 1967, cit in Sousa, 2000).

Ao longo do Século XIX, cresceu o movimento de consagração da adopção em Portugal, motivado pelo panorama internacional. Após da segunda guerra mundial, o fenómeno dos órfãos de guerra, desencadeou uma renovação do instituto da adopção, passando a imprimir-lhe uma natureza altruísta, em que o interesse da criança assumia primazia (Bolieiro, H. & Gerra, P. 2009).

O Decreto-lei nº 120/98, de 8 de Maio, definiu que a protecção das crianças é um dever constitucional e de cidadania e que este dever se agudiza, nos casos de crianças sujeitas a

⁵ Funcionou durante vários séculos e constituiu uma das respostas «assistenciais» da sociedade àquela problemática. «Um pouco por todo o país, nas Misericórdias e casas conventuais, ser possível encontrar em funcionamento, um mecanismo cilíndrico, giratório, com duas partes, uma côncava e outra convexa, na qual numa das faces a mulher colocava o filho, «indesejado» e com o movimento de o girar o perdia e noutra a mulher que, travando o movimento o recebia.» (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009, p. 315)

abandono, maus-tratos, ou orfandade. Neste decreto define-se a confiança administrativa, de carácter provisório e distinto do poder paternal. Esta guarda provisória podia ser com vista à adopção, sendo a criança colocada com o candidato à adopção (Oliveira, 2007).

A integração do instituto da adopção na legislação Portuguesa⁶, inspirada no sistema Francês, com o código civil de 1966, embora de forma limitada, faz referência à adopção plena, uma vez que era só admitida em relação a casais unidos pelo matrimónio católico, há mais de 10 anos. Consagrou ainda a adopção restrita, com efeitos muito limitados, colocando o adoptado em situação desfavorável, relativamente aos elementos biológicos da família do adoptante (Bolieiro, H. & Gerra, P. 2009).

1.2.1 Alterações Importantes até a Actualidade

Uma das inovações mais importantes do actual Código Civil,⁷ foi o reconhecimento da adopção como fonte de relação jurídica familiar, retomando-se uma tradição do direito, que o código de Seabra havia interrompido. Este reconhecimento processou-se à luz de um novo espírito: o instituto da adopção, num quadro geral de protecção à criança desprovida de um meio familiar adequado, privilegiando-se o interesse do adoptado (Bolieiro, H. & Gerra, P, 2009).

A partir de 1 de Abril de 1978, foram introduzidas reformas, pelo Decreto – Lei n.º 496/77, de 25 de Novembro. Os aspectos mais relevantes foram:

- a) O alargamento da adopção plena, aos casados com mais de cinco anos, não separados judicialmente.
- b) Deixou de se fazer a exigência, da não existência de filhos dos adoptantes. Passou a permitir-se a adopção plena, mesmo a pessoas não casadas.
- c) Em relação aos adoptados, aceitou-se que adopção não se limitasse aos filhos do cônjuge do adoptante, ou de pais incógnitos ou falecidos, abrangendo ainda as crianças judicialmente declaradas em abandono e, em geral, os que há mais de um ano, residissem com o adoptante e estivessem a seu encargo (Ramião, 2009).

⁶ O vínculo passa a constituir-se, por efeito de sentença judicial, transcrita em julgado, proposta em 1959 e aprovado em 1966 (Sousa, 2000).

⁷ Decreto-Lei n.º 47.334, de 25 de Novembro de 1996, e entrou em vigor quase na totalidade em 1 de Julho de 1997.

Em 1980, foi publicado o diploma que estabelece a participação da Segurança Social na organização dos processos de adopção e as instituições de inquéritos, demonstrativos do bem-estar da criança candidata à adopção.

Em 1982, com a revisão da constituição, a adopção passou a constar na Constituição da República Portuguesa, no artigo 36º, passando a ser regulada e protegida, em termos da lei. Foi garantida desta forma a sua constitucionalidade⁸.

Em 1985, acolheu-se a resolução 41/85 da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre os princípios sociais e jurídicos aplicáveis à protecção e bem-estar das crianças, relativamente à adopção em território nacional e internacional.

Em 1990, Portugal ratificou a Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças. No campo legislativo, institucionalizou as novas Comissões de Protecção de Menores⁹. Ainda, registou-se a presença de Portugal nos trabalhos preparatórios na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, em que se perspectivou a adopção de crianças originárias do estrangeiro.

A grande reforma da Lei da Adopção deu-se em 1993, com o Decreto – Lei n.º 185/93, de 22 de Maio. O legislador reconheceu as profundas alterações que a família sofreu ao longo do tempo, pois já não se limitava a ser tradicional e nuclear; mas continuava a ser considerada a principal instituição socializadora das crianças. A alteração mais importante que trouxe, foi a criação do instituto da confiança do menor, com vista à adopção, que veio a substituir a declaração de estado de abandono¹⁰, baseado no pressuposto que a criança, principalmente durante a primeira infância, necessita de ter uma relação equilibrada com seus pais. Se não for possível, é necessária uma relação substitutiva, prioritariamente dentro da própria família, com outros parentes e, se esta não existir, deverá a sociedade encontrar uma solução urgente. A confiança judicial baseia-se neste princípio (Oliveira, 2007).

⁸ De acordo com Leandro (2001, p. 102), “o legislador dissociou propositadamente família e casamento, o que levanta questões como a da união de facto e do reconhecimento enquanto realidade social, apesar de não ser a realidade jurídica”.

⁹ Decreto – Lei 189/91 de 17 de Maio.

¹⁰ Designação que tinha a si associada uma carga estigmatizante para a criança (Bolieiro, H & Guerra, P, 2009).

Outra alteração a referir é o despacho conjunto dos Ministérios da Justiça e da Segurança Social de 19/04/1997 e decreto-lei n.º 120/98 de 8/5, que visa o reforço da formação técnica e da interdisciplinaridade das equipas de adopção, o fortalecimento de relações entre as instituições que operam no domínio da adopção, nomeadamente no que toca a regulação da adopção internacional. Em síntese, procuram estabelecer as condições, através das quais a adopção possa ser de facto uma alternativa positiva para as crianças em risco, contrariando a lógica institucionalizante, que remete a família para segundo plano (Sousa, 2000).

Entre outros aspectos, encontra-se a revisão de 1993, que reduziu para 4 anos o tempo de duração do casamento dos adoptantes¹¹, baixou para trinta anos a idade mínima plena, singular e diminuiu para 50 o limite máximo da idade do adoptante¹². Por outro lado, elevou-se para 15 anos a idade máxima do adoptado, com as excepções indicadas no artigo 1980º, nº 2 do CC (Bolieiro, H & Guerra, P. 2009).

Além disso, regulamentou-se a colocação de crianças residentes em Portugal no estrangeiro, com vista à adopção, bem como se estabeleceu o procedimento, com vista à adopção por candidatos residentes em Portugal, de crianças residentes no estrangeiro. Criou-se um conjunto de regras relativas ao instituto conhecido por «adopção internacional», que além de ter em conta os princípios internacionais, relativos à matéria, quis garantir clareza e segurança nos respectivos processos (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009).

A Lei 31/2003, de 22 de Agosto, veio a introduzir alterações aos vários diplomas reguladores da adopção. Um dos grandes objectivos foi o respeito pelo tempo útil da criança, garantindo celeridade no desfecho da adopção. Observou também as necessidades dos adoptantes que desejam uma paternidade plena, acolhendo uma criança, o mais cedo possível na sua vida, de modo a formar laços afectivos. O limite para a adopção restrita, passou a ser de sessenta anos. O consentimento para a adopção, passou a ser irrevogável e, finalmente, o processo de averiguação da paternidade e maternidade, poderá decorrer simultaneamente com o da adopção, não prejudicando os tempos da criança (Ramião, 2009).

¹¹ A partir da Lei nº 135/99, de 28-9, do direito de quem vive em união de facto a adoptar, nos termos previstos para os cônjuges. A este respeito, ainda hoje, vigora a Lei 7/2001, de 7-5, que no seu artigo 7º reconhece as pessoas de sexo diferente que vivam em união de facto o direito de adopção em condições análogas às previstas no artigo 1979,º do CC, sem prejuízo das disposições legais respeitantes à adopção por pessoas não casadas (Bolieiro & Guerra, 2009).

¹² Artigo 1979º do código Civil.

2. A ADOÇÃO E AS SUAS ESPECIFICIDADES

2.1 Definição da Adopção

Em sentido lato, define-se como “a inserção num ambiente familiar, de forma definitiva e com aquisição do vínculo jurídico próprio da filiação, segundo as normas legais em vigor, de uma criança cujos pais morreram, são desconhecidos, não querem assumir o desempenho das suas funções parentais ou são pelo Tribunal, considerados incapazes de as desempenhar” (Bolieiro, H & Guerra, P. 2009, p.311).

2.2 Motivação para a Adopção

Dentro dos critérios de valoração mais relevantes aquando da selecção de candidatos a adopção, encontramos a motivação para a adopção. Ao mesmo tempo, é um elemento determinante da capacidade das pessoas para o desempenho da parentalidade adoptiva, que pode ser bastante diverso. Vários estudos nesta área encontraram diversos tipos de motivação (Lindholm & Touliatis, 1997, cit in Zurita, J. F., & Martí, P. A. 2005).

Segundo Oliveira (2007), a motivação mais frequente para a adopção é a infertilidade. O autor baseia-se nos resultados da investigação realizada no Centro de Estudos Judiciários, em Portugal (Infante, 1991, cit in Oliveira, 2005) no qual foram referenciadas, três grandes motivações para à adopção:

- a) a necessidade de estar de acordo com o modelo normativo da sociedade e do casal com filhos. A maioria dos entrevistados insere-se na primeira categoria (“um lar está vazio quando não existem filhos”);
- b) a ideia de que a realização de um homem ou uma mulher completa-se só na maternidade e/ou na paternidade;
- c) a necessidade de apoio na velhice, de acordo com a lógica de “contrapartida ou compensação”.

Numa outra perspectiva, se abordam as questões da fertilidade e explica-se, que existem situações diferentes das consideradas norma, (Ambert , 2003, cit in Oliveira, C. 2007):

- a) as mulheres que, não sendo inférteis, escolhem não passar pela experiência da gravidez e do parto;
- b) os adultos solteiros que adotam como pessoas singulares, não sendo questionada a sua possibilidade de procriar;
- c) os casais que adotam, podendo ter filhos biológicos (e, por vezes, tendo).

Por tal razão, é uma visão simplista, pensar nos adoptantes como inférteis (Oliveira, 2007).

Reforçando este posicionamento, Brodzinsky (1998) encontrou, nos resultados de estudos clínicos sobre a parentalidade para adopção, que:

- a) alguns indivíduos e casais adoptaram por outro motivo, que não a infertilidade. Em tais casos, como resultado da exploração das motivações subjacentes, encontrou que o desejo de adoptar uma criança procedente do terceiro mundo era o motivo principal. “O desejo de salvar uma criança” (i.e. altruísmo) que, de outra maneira, poderia sofrer uma vida de privações (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998);
- b) para muitos adultos, a capacidade de ter um filho biológico é a essência da sua identidade. Assim, quando confrontados com a infertilidade, a mulher vivencia uma perda da sua imagem da sua capacidade de engravidar e ter um filho, e para o homem, como perpetuador da linhagem familiar (Blum, 1983; Schechter, 1970, cit in Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998);
- c) a experiência de perdas de gravidezes precoces, pode complicar o processo de luto, especialmente em gestão avançada. No entanto, a relação existente entre a experiência da infertilidade dos pais adoptivos e a perda dos filhos biológicos parece estar associada a decisão de prosseguir com a adopção (Godbach, Dunn, Toedter & Lasker, 1991 cit in Oliveira, C, 2007)).

Noutra perspectiva, a infertilidade está estreitamente ligada ao processo de selecção do casal para adopção. Segundo Cunha (2005), a avaliação psicológica das motivações dos casais passa por saber se o luto pelo filho imaginado (ou fisicamente perdido) foi feito, ou se a adopção serve como substituto do filho para acolher na família, um novo e diferente membro (Cunha, 2005, cit in Oliveira, 2007).

Em síntese, importa referir, que a adopção deve basear-se em motivações emocionalmente sãs e não prejudiciais para a criança. Entre as motivações menos adequadas encontram-se, por exemplo, aquelas em que predomina o desejo de ter um herdeiro, como um meio de resolução de uma doença ou um desajustamento conjugal, para satisfazer um terceiro, como meio de promover uma causa social, como substituição de um filho falecido, ou como meio pouco adequado de defrontar a infertilidade (Lindholm & Touliatis, 1997, cit in Zurita, J. F., & Martí, P. A. 2005).

Estas perspectivas mostram-se importante, porque ajudam a situar as motivações, face à maternidade/paternidade, em geral, e no caso das famílias adoptantes, em particular.

Uma vez que a adopção é um processo biológico e legalmente diferente do nascimento de um filho na família biológica, interessará perceber as especificidades da família adoptiva e do impacto da etnia e a cultura no processo de integração, no meio sócio-familiar.

No caso da adopção, a família adoptiva nasce com a chegada da criança. Em primeiro lugar, temos a criança, que chega com a sua herança genética e com a experiência de vida. Em segundo lugar, temos o casal, que fez o seu melhor para esquecer a sua dor e se preparou para a chegada daquela criança (Mateus, G. & Relvas, A., P. 2007). No entanto, não significa que os pais adoptivos estejam preparados psicologicamente para a sua chegada. Pais e crianças iniciam o processo de adaptação mútua e a construção de uma forte ligação. A parentalidade psicológica desenvolver-se-á.

Segundo Hoksbergen (1996), a parentalidade biológica não é pré-requisito da parentalidade psicológica. O que determina que um casal se transforme em pais psicológicos de uma criança é a quantidade e a qualidade do tempo que estes despendem com a criança. A partilha do dia-a-dia, os bons e os maus momentos, guiar o desenvolvimento do filho é o mais relevante neste processo. Apesar da parentalidade biológica, ser importante para o ser humano, o

mero aspecto biológico não é suficiente para comparar ou definir a parentalidade, na sua complexidade (Mateus, G. & Relvas, A., P. 2007).

No entanto, não significa que os pais adoptivos, estejam preparados psicologicamente para a sua chegada. Pais e crianças, iniciam o processo de adaptação mútua e a construção de uma forte ligação. A parentalidade psicológica desenvolver-se-á. Noutra perspectiva, a infertilidade está estreitamente ligada ao processo de selecção do casal para adopção. Segundo Cunha (2005), a avaliação psicológica das motivações dos casais, passa por saber se o luto pelo filho imaginado (ou fisicamente perdido) foi feito, ou se a adopção serve como substituto do filho, para acolher na família um novo e diferente membro (Cunha, 2005, cit in Oliveira, 2007).

2. 3 Principais Funções da Adopção

Através da história da humanidade, todas as formas de adopção começaram por satisfazer os interesses dos adoptantes, passando posteriormente a ter uma função mais altruísta, como forma de protecção das crianças desamparadas. Assim se explica o facto de que a inicial função contratualista da adopção (que se bastava com uma declaração de vontade do adoptante e do adoptado), tenha sido substituída pela constituição do vínculo por via judicial, que desse garantia de protecção ao real interesse da criança (Bolieiro, H. & Gerra, P. 2009).

Assim surgiram, em teoria, como principais funções sociais da adopção as seguintes:

a) Transmissão de propriedade – como forma de perpetuar a família, sendo uma solução para que não se perdesse o património, sendo um fenómeno da classe mais favorecida em termos económicos.

b) Promoção do bem-estar da criança - desempenhava uma importante função social, de proporcionar à criança desprovida de meio familiar adequado, uma família onde pudesse desenvolver-se harmoniosamente.

c) Legitimação - ao conferir à criança, um lugar numa família. A adopção desempenhava uma importante função social; definia a sua relação no contexto da sociedade, ligando assim uma criança a um adulto, eliminando ainda os efeitos estigmatizantes resultantes do nascimento fora de uma família (Bolieiro, H. & Gerra, P. 2009).

No entanto, apesar da evolução do instituto da adopção em Portugal, encontramos na literatura quem lhe aponte algumas fragilidades (Sotto Mayor, 2004).

Para esta autora, relativamente ao processo de confiança judicial, com vista à futura adopção, a prática tem sofrido de um excesso de garantismo, a favor dos direitos dos pais biológicos. De outra parte, a política da infância tem-se centrado na ideia da recuperação da família de origem, fomentando situações de confiança na guarda da criança a instituições ou a famílias de acolhimento, em detrimento da adopção. Destaca ainda o facto de persistir no sistema judicial, uma mentalidade que encara a criança como um objecto que precisa de alimentação e casa, desconhecendo por vezes, a importância do afecto e da relação emocional, para desenvolvimento e felicidade. Por último, destaca o princípio de prevalência da família, como critério orientador da intervenção do estado, que deveria ser entendido como uma preferência pela inserção da criança numa família funcional, seja esta a família de origem, a família de facto ou a adoptiva.

2.4 Tendências Actuais da Adopção

A adopção na actualidade é uma alternativa social, que se tem adaptado às novas necessidades das crianças, legitimada através da legislação com as diversas adaptações a que tem sido submetida com o tempo. Algumas das alterações discutidas por especialistas nesta matéria são:

a) A redução do número de crianças passíveis de serem adoptadas. Este facto poderá estar relacionado com a mudança de atitude da sociedade, perante a gravidez da mulher solteira, o aumento da frequência de abortos e da utilização de métodos contraceptivos, maiores apoios sociais e familiares às adolescentes grávidas (Zurita, J. F., & Martí, P. A., 2005).

b) O aumento significativo de crianças disponíveis do ponto de vista legal, para adopção, com características e necessidades especiais, que as impossibilita ou dificulta o processo. Outro tipo de população, adoptada cada vez com maior frequência, é a de crianças mais velhas, incluídos os adolescentes. As dificuldades deste tipo de adopções e a elevada probabilidade de interrupção, levaram a dispensar-se maior atenção ao processo de integração das crianças às novas famílias (Zurita, J. F., & Martí, P. A., 2005).

c) A adopção não se considera mais um serviço para famílias de classe média sem filhos, mas sim como resposta ao superior interesse da criança. Este facto tem modificado os critérios de selecção das famílias, que há alguns anos atrás, tinham em conta variáveis como o nível sócio-económico (ingressos, estabilidade no casamento, nível educativo/ cultural dos candidatos). Na actualidade, o sistema de selecção dará prioridade às variáveis relacionadas com a motivação para a adopção, expectativas, com relação à criança, disponibilidade dos pais para aceitar os antecedentes da criança e à suas atitudes educativas (Zurita, J. F., & Martí,P.A, 2005).

d) Reconhece-se o direito da criança, a conhecer o seu passado e as suas origens, sendo necessária, por parte dos pais adoptivos, disponibilidade e, em alguns dos casos, será necessário apoio, preparação e formação.

e) Reconhecimento da adopção, como um facto que afecta as partes envolvidas ao longo de toda a vida. No caso dos pais adoptivos, confrontam-se com dificuldades, que não são comuns aos outros pais e as próprias crianças podem apresentar problemas específicos relacionados com a adopção. Este facto tem levado à implementação de serviços específicos de pós-adopção, que prestam assistência à família e ao adoptado. A maior parte dos apoios provêm de grupos de auto-ajuda, que se constituem com este propósito.

f) O processo de selecção é orientado principalmente para a formação e auto-selecção, onde os próprios candidatos à adopção têm uma participação mais activa, confrontando as suas expectativas com a realidade e avaliando os recursos pessoais necessários para fazer face às tarefas da adopção.

g) O surgimento de uma nova tipologia de adopção: a internacional e a inter-racial. Ainda, reforçou-se a existência de aspectos legais, de forma a garantir os direitos das crianças e evitar ilegalidades nos procedimentos. Veio a dar-se importância à procura de pais da mesma etnia da criança e maior relevância ao desenvolvimento da identidade racial e étnica. Nos últimos anos, existe a preocupação de realizar estudos sobre o impacto e a forma como este tipo de adopções se ajusta ao desenvolvimento e identidade da criança.

h) O surgimento de novos grupos de crianças passíveis de serem adoptadas, originou novas tipologias de adoptantes, como é o caso de pessoas singulares e homossexuais. No caso de candidatos de adopção singular, existe menor probabilidade da adopção de crianças de tenra

idade. No entanto, a adopção monoparental, acontece com frequência, quando se trata de crianças com características especiais, tendo-se verificado serem bons candidatos à adopção. No que diz respeito a adoptantes homossexuais, existe um debate aberto, acerca do impacto que este tipo de pais pode ter no desenvolvimento da identidade sexual e nos efeitos que pode ter na criança. No entanto, este debate tem-se baseado mais em aspectos de tipo social e ideológico, do que em aspectos psicológicos e científicos (Samuels, 1990, cit in & Zurita, J. F. Martí, P. A. 2005).

i) Aumento de estudos que avaliam os efeitos da adopção nos pais biológicos e aumento das solicitações de serviços pré- e pós-adopção, com o objectivo de ajudar os pais a fazer face às consequências, emocionais, materiais e sociais, de dar um filho para adopção (Winkler et al., 1990, cit in Zurita, J. F. Martí, P. A. 2005);

j) Finalmente, o surgimento do movimento a favor da adopção aberta¹³, apesar de estar em discussão há quinze anos, com maior aceitação e repercussão jurídica nos países anglo-saxónicos. Este debate tem ganho força, nos que defendem que esta modalidade de adopção poderá ser útil para determinado tipo de crianças, em especial para adolescentes. Poderá trazer ainda benefícios para os pais biológicos e os adoptivos (Zurita, J. F. & Martí, P. A. 2005).

2.4.1 Dados da Adopção em Portugal

A criação das listas Nacionais da Adopção, permitiu a agilização dos processos de adopção. A base de dados está a ser utilizada desde 1 de Junho de 2006. A criação foi uma medida do Ministério da Segurança Social, com o propósito de reduzir em 25 por cento das cerca das 15 mil crianças que se encontravam com medida institucional.

A base de dados permite aos técnicos dos Centros distritais de Segurança Social, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e da Direcção Geral da Segurança Social, cruzar perfis e compatibilidades entre a oferta e a procura. As listas Nacionais da Adopção, incluem todos os candidatos seleccionados para adopção, bem como crianças e jovens em situação de adoptabilidade.

¹³ Variante de adopção, em que o adoptado continua a manter relações com a sua família biológica (Triseliotis, 1991, cit in Zurita, J. F. & Martí, P. A. 2005).

Até Agosto de 2008, foram adoptadas em Portugal 587 crianças. Segundo informação do Primeiro Congresso Internacional de Adopção¹⁴, existiam na altura: 2270 candidatos para adopção, dos quais 430, pretendiam crianças até os 3 anos de idade; 152 crianças, apresentavam problemas de saúde; 1090 fratrias de irmãos em situação de adoptabilidade, sendo que 500 candidatos aceitaram fratrias de irmãos.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Serviço de Adopções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a pretensão dos candidatos, em relação à raça das crianças em condição de adoptabilidade, no distrito de Lisboa, no período de 2003-2008, eram as seguintes :

- Em 2003, do total de 86 crianças, 68 candidatos pretendiam crianças de raça branca; outras raças, 9 candidatos; e sem preferência, 9.

- Em 2004, do total de 64 crianças, 47 candidatos pretendiam crianças de raça branca, 8 de outras raças e sem preferência, 9.

- Em 2005, do total de 118 crianças, 83 candidatos pretendiam crianças de raça branca; 27 de outras raças; sem preferência, 8.

- Em 2006, do total de 132 crianças, 85 candidatos pretendiam raça branca; 34 de outra raça, e sem preferência, 13.

- Em 2007, do total de 129 crianças, 87 preferiam raça branca; 27 outras raças; e 15, sem preferência.

- Em 2008, no total de 124 crianças, 90 preferiam de raça branca; 19 de outra raça, e sem preferência 15.

Da intenção dos candidatos à adopção no período compreendido entre 2003 e 2008, verificamos que a preferência por crianças de outra raça é de 18.98% dos candidatos e sem preferência é de 10.56%, sendo que a grande maioria os candidatos a adopção neste período tinham como preferência as crianças de raça branca (em 74, 4%).

¹⁴ Fonte: “Congresso Internacional de Adopção, em Portugal”, dias 19 e 20 de Novembro de 2008, Fundação Calouste Gulbenkian., Lisboa.

No período compreendido entre 2003 e 2008, as crianças integradas em famílias adoptivas, foram:

- Em 2003, do total de 60 crianças, foram adoptadas 44 de raça branca, 16 de outras raças.
- Em 2004, do total de 44 crianças, 29 crianças de raça branca e 15 de outra raça foram adoptadas.
- Em 2005, não há dados de preferência.
- Em 2006, do total de 42 crianças, 33 de raça branca e 9 de outras raças foram integradas.
- Em 2007, do total de 61 crianças, foram adoptadas 42 de raça branca e 19 de outras raças.
- Finalmente, em 2008, adoptaram 33 crianças de raça branca e 22 de outra raça.

Em síntese, verificamos que foram adoptadas aproximadamente 69% de crianças brancas e 31% das crianças de outra raça.

2.4.2 Dados da Adopção Internacional

Apresentamos aqui os dados dos últimos oito anos, relativos à adopção internacional em Portugal (visto este como país de origem e como país de acolhimento), disponibilizados gentilmente, pela Associação “Meninos do Mundo”, da adopção de crianças de outra etnia / cultura e das candidaturas,

-Em 2000, 6 candidaturas, das quais 2 adopção decretadas. Em 2001, 4 candidaturas; 3 adopções decretadas. Em 2002; 9 candidaturas; 4 adopções decretadas. Em 2003, 19 candidaturas, das quais 4 adopções decretadas; em 2004, de 14 candidaturas, 2 adopções decretadas; Em 2005, 29 candidaturas e 15 adopções decretadas, sendo 7 crianças do Brasil, 7 de Cabo Verde, e 1 da Tailândia. Em 2006, das 22 candidaturas, 8 adopções decretadas, sendo 6 crianças do Brasil e 2 de crianças de Cabo Verde; Em 2007, das 34 candidaturas, 12 adopções

decretadas, das quais 11 crianças de Cabo Verde e 1 da Tailândia. Em 2008, 19 candidaturas, das quais 12 adopções decretadas; sendo 11 crianças de Cabo Verde e 1 do Brasil.

Partindo do facto que a adopção é um processo complexo, nos últimos anos tem-se assistido a tentativas de explorar os mais diversos campos de estudo, com esta relacionada. Contudo, parece ainda insuficiente, quando fazemos uma revisão da literatura em Portugal, a investigação acerca da adopção específica de crianças de etnia e cultura diferente da família adoptante.

Este tipo de estudos mostra-se particularmente pertinente, atendendo às características do mundo actual – globalizado - onde cada dia é mais uma realidade encontrar maior diversidade. Como refere Vieira (1999), uma sociedade qualquer, seja multiétnica ou não, é multicultural. Por tal razão, partimos do pressuposto, da complexidade da adopção.

Para o estudo da adopção inter-étnica, considerou-se importante proceder ao enquadramento legal, à definição dos conceitos de família, adopção, tipos de adopção que vigoram na actualidade, especificidades da adopção e alguns resultados de estudos ao nível internacional, como são apresentados seguidamente.

3. ADOPÇÃO INTERNACIONAL E INTER-ÉTNICA

Pelo Decreto-Lei n.º 185/93, de 22-5, pela primeira vez, passou-se em Portugal a regulamentar a colocação de crianças residentes em Portugal (portuguesas ou não), com vista a serem adoptadas no estrangeiro (por estrangeiros ou por portugueses), bem como a adopção por residentes em Portugal (portugueses ou não), de crianças residentes no estrangeiro (independentemente da nacionalidade que tiverem). Como protótipo da adopção internacional, existe a diferença de nacionalidade e a diferença de residência entre a criança e os candidatos à adopção, constatando-se por vezes uma busca internacional da criança para adoptar, directamente pelos candidatos a adoptantes ou com muita frequência, por pessoas ou instituições que se encarregam de tal (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009).

No respeito a esta matéria, esses autores salientam a importância da adoção internacional, como uma das respostas ao problema da criança desprovida de meio familiar normal, no seu país de origem, exigindo uma cooperação internacional, que garanta a sua eficácia e a sua segurança¹⁵.

Para o estudo da adoção de crianças de outra etnia / cultura, tomamos como principal referencial teórico, a teoria das representações sociais, a teoria da família como sistema, as motivações para a adoção, a fim de descrever e analisar o percurso de vida e as representações e motivações dos pais, com relação a etnia/ cultura dos filhos.

3.1 Resultados de Estudos de Crianças Adotadas de Outra Etnia / Cultura

Nos diversos estudos realizados, sobre adoção em Inglaterra e USA, não encontramos consenso sobre os efeitos da adoção inter-étnica e internacional nas crianças. Alguns dos estudos empíricos sobre auto-estima, segundo Lanz et al. (1999), encontraram que, crianças adotadas apresentam menos auto-estima, quando comparadas com crianças não adotadas. Outros pesquisadores, como Lansford. J. E., (2001), não encontraram diferenças ao nível da auto-estima entre adotados e não adotados. No entanto, Aumend e colegas (1984), reportou diferenças favoráveis na auto-estima em crianças adotadas.

Encontramos estudos sobre adoção, que fazem referência à existência de factores de risco (como abuso, negligência, maternidade na adolescência, doença mental materna, complicações pré-natais) e factores de protecção (como a existência de relações afectivas de parentesco). Estes últimos, podem ser concebidos como moderadores do risco e da adversidade, que contribuem para o desenvolvimento da criança (Rutter, 1987, cit in Juffer , F. & Van IJzendoorn, M., H. 2007).

Segundo Brodzinky (1992), para além dos anteriores factores, as crianças têm que lidar com necessidade de afecto, afinidades genéticas, semelhanças ou diferenças físicas com seus pais adoptivos.

¹⁵ Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional, assinada na cidade da Haia, em 29 de Maio de 1993.

Segundo Selman. P. (2005), cada ano são colocadas no mundo 40.000 crianças em adopção internacional. Ainda é referida como factor de risco, na pré adopção da criança, as diferenças geográficas, políticas e culturais que acompanham à criança como elementos a serem tidos em conta, para a inserção da criança na família adoptiva.

Partindo do facto da adopção ser uma resposta para crianças em situação de risco (institucionalizadas), desprovidas de meio familiar, a integração em famílias adoptivas é considerada favorável para o desenvolvimento da criança (Juffer, F.& Van Ijzendoorn, M., H. 2007).

Quanto às características do meio familiar, os pais adoptivos, geralmente, provêm de meio sócio-cultural favorável (Schwartz & Stam, 2006, cit in Juffer, F.& Van Ijzendoorn, M., H. 2007). Porém, é pouco conhecida a atitude dos pais adoptivos perante a herança cultural das crianças (Lee, 2003, cit in Juffer & Marinus, 2007).

As variáveis relacionadas com a procedência étnico – cultural, podem ser determinantes no processo de sucesso na integração às famílias adoptivas (Hollingsworth, 1997, cit in Juffer, F. & Van Ijzendoorn, M., H. 2007).

A Noruega, país com uma importante experiência em adopção internacional desde finais dos anos cinquenta e início dos sessenta, adopta aproximadamente seiscentas crianças por ano, procedentes de diversos países. Apesar do desenvolvimento das tecnologias reprodutivas, verifica-se um aumento de adopções de crianças provenientes de outros continentes (Howell, 2004, cit in Bestard & Marre, 2004).

Apesar da adopção internacional ser vista por membros da comunidade e por técnicos que trabalham na área social, como uma experiência possivelmente problemática e perturbadora para os adoptados, encontrou-se que a maioria dos adoptados não apresenta problemas de adaptação (Howell, 2004, cit in Bestard & Marre, 2004).

3.2. Impacto da Etnia e Identidade em Crianças Adoptadas

Estudos realizados nos Estados Unidos de América, essencialmente com crianças negras adoptadas por famílias brancas, encontraram que, as crianças foram gravemente afectadas no desenvolvimento da sua identidade cultural e no desenvolvimento da auto-estima (McRoy,

1982). No entanto, encontramos que, na Noruega, estudos relacionados com a etnia, revelaram que filhos adotivos transnacionais encontraram-se bem integrados e aceites socialmente, em comparação com os imigrantes e os seus filhos que eram excluídos. O status dos filhos adotivos foi alvo de polémica, quanto a ser “verdadeiro Norueguês”, uma vez que as diferenças físicas impedem-nos, socialmente, serem considerados “de Etnia Norueguesa” (Howell, 2004, cit in Bestard & Marre, 2004).

A associação de trabalhadores sociais negros nos EUA em 1994, reafirmou a resolução de 1972, que diz é direito de toda criança ser criada numa família permanente, que reflecta seu grupo étnico ou racial (Russell, 1995, cit in Howell, 2001).

No Reino Unido e EUA, muitos dos envolvidos nestes processos de adopção, manifestaram hostilidade diante pais brancos que adoptam crianças negras, argumentando o facto das diferenças étnica gerarem uma identidade confusa nas crianças, simultaneamente, uma identificação confusa com outro grupo racial (Russell, 1995, cit in Howell, 2001).

Fensbo. C (2003), na revisão dos resultados de vinte e quatro estudos realizados na Dinamarca em adopção inter-étnica, encontrou nestas crianças, que os problemas psicossociais estavam associados à idade (aquando da adopção). Desta forma, deduziu-se que quanto mais cedo seja adoptada a criança, menor é o risco de problemas psicológicos.

Alstein e Simon (1977), na adopção inter-étnica de crianças, estudaram problemas de identidade, numa amostra de 388, com idades compreendidas entre 3 e 8 anos, crianças colocadas em 204 famílias. No seu estudo, não verificaram problemas de adaptação, de identidade e ou consciência de raça. Sete anos mais tarde os investigadores, encontraram sinais de stress e tensão nos pais, e uma quarta parte das crianças apresentava sinais de insatisfação e de desilusão nas emoções diárias. A maioria dos jovens tinha uma adequada consciência da sua identidade racial (Alstein & Simon 1977) cit in Fensbo, C. 2003).

Compreendendo a adopção do ponto de vista cultural, com base na promoção do desenvolvimento integral da criança, a Convenção dos Direitos da Criança reconhece, no seu artigo 20º, que “nenhuma criança poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua”. O artigo 30º refere ainda que, no caso da adopção (e outras medidas de

acolhimento), “importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística”.

Apesar das controvérsias que a têm revestido, bastantes autores defendem, com base nos dados a que actualmente a comunidade científica tem acesso, que a adopção multi-étnica não tem necessariamente impactos negativos no desenvolvimento da auto-estima, identidade racial e ajustamento global das crianças (Grotevant, 2008). Contudo, Grotevant (2008), salienta a importância do apoio pré- e pós-adopção à família em duas áreas, com especial enfoque na segunda:

- Socialização cultural (transmissão de informação sobre a cultura de origem da criança, valores, feriados, costumes, etc.).
- Socialização racial (preparação da criança para as experiências futuras de discriminação e preconceito).

Este apoio à família em serviços especializados deve, necessariamente, respeitar os ritmos e necessidades da criança, ao longo do desenvolvimento e da própria família. De acordo com Grotevant (2008), os dados parecem indicar ser mais fácil para as famílias fazer a socialização cultural do que a racial.

4. FAMÍLIA, FILIAÇÃO E CULTURA

Para o estudo da adopção, considerou-se importante ter em conta o conceito de família. Várias são as definições de família. Contudo, para o estudo específico da família adoptiva, tomamos como referência a concepção sistémica da família que considera dois aspectos: primeiro, que nenhuma família é igual a outra, devido a sua complexidade; o sentimento de identidade familiar ou, como refere Minuchin, (1981), o reconhecimento de um “sentimento de pertença” (Relvas, 2000, p. 11).

Neste âmbito, Gameiro (1992), define a família como “uma rede complexa de relações e emoções, que não são passíveis de serem pensadas como instrumentos criados para o estudo dos

indivíduos isolados (...) A simples descrição de uma família, não serve para transmitir a riqueza e complexidade relacional desta estrutura”. (Relvas, 2000, p. 11).

“Cada família, vista como um todo, como emergência dos elementos que a compõem, é definitivamente una e única. Há então que entender essa unidade feita de corpos separados. Desta forma, a teoria geral dos sistemas, fornece-nos instrumentos teóricos - práticos: cada família, enquanto sistema, é um todo, mas é também, parte de sistemas, de contextos mais vastos, nos quais se integra (comunidade, sociedade). Por outro lado, dentro da família existem outras totalidades mais pequenas (a menor é o indivíduo), que são elas próprias partes do grupo total, são elas chamadas subsistemas” (Relvas, 2000, p. 11-17).

Considerando que a família é um sistema em evolução, é de supor que também ele sofra um processo de desenvolvimento, no sentido da sua evolução e complexificação. Tal processo, diz respeito “à diferenciação estrutural progressiva à transformação sofrida pelo grupo ao longo da história familiar” (Relvas, 2000, p. 15).

A abordagem da socialização da família, como um sistema, revitaliza a ideia da existência de uma estrutura de papéis, que organiza, integra, dá sentido, mantém e faz funcionar os sistemas sociais. Esta análise da família, enquanto subsistema, do sistema social mais vasto, resumia a função da família à socialização da criança, sendo que o pai e a mãe desempenhariam papéis distintos e complementares, de forma a cumprir esta finalidade. Adicionalmente, teriam o papel de estabilização emocional dos adultos que provém, em sentido inverso, dos filhos para os pais. De acordo com Cunha (1977), esta abordagem é muito redutora.

No entanto, para a teoria sistémica, a família tem como funções principais, o desenvolvimento e protecção dos membros (função interna) e a sua socialização, adequação e transmissão de determinada cultura (função externa); (Relvas, 2000, p. 17).

Por outro lado a abordagem, que pretende, por um lado, perceber o que os pais procuram transmitir aos filhos e o que procuram receber deles e, por outro, as expectativas que neles depositam, são duas formas de abordar a faceta mais qualitativa, do lugar dos filhos na família. A primeira, é abordada através das pesquisas que focam a socialização da família (Seabra, 1994, cit in Cunha, 2007).

Estas perspectivas mostram-se importantes, porque ajudam a situar as motivações face à maternidade/paternidade, em geral, e no caso das famílias adoptantes, em particular.

O ciclo vital nas famílias adoptivas é mais complexo. Para além das tarefas que qualquer família deverá realizar, o seu desenvolvimento, centra-se em tarefas relacionadas com a aceitação da infertilidade do casal e a decisão da adopção, bem como as funções relacionadas com a parentalidade, a adaptação da criança, a revelação, ajudar a criança a lidar com o sentimento de perda, fomentar e criar uma imagem positiva de si própria - são alguns dos desafios e especificidades que torna a família adoptiva diferente da família biológica (Brodzinsky, 1990, cit in Mateus, & Relvas, 2007).

Quando falamos de adopção, é importante perceber a abrangência do conceito de filiação, sendo este um acto simbólico, socialmente representado pelo acto de dar um nome e um apelido à criança. Acompanhado da inscrição no Registo Civil, este é um processo privado e público, que se fundamenta no desejo de alguém querer que os filhos sejam seus, envolvendo poder transmitir e prover as necessidades afectivas, materiais e educativas imprescindíveis para o adequado desenvolvimento. Esta relação estabelece-se através dos vínculos afectivos. Não são dados “a priori”, com a existência de um laço biológico do filho com a mãe ou com o pai (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009).

Quanto ao impacto e à percepção da criança acerca da adopção, de acordo com a teoria dos sistemas, tudo o que afecta um membro da família, tem impacto em todos os outros elementos. A adopção implica uma perda para todos os elementos, que compõem a díade da família adoptiva, para pais e crianças. Ser adoptado, significa sentir-se diferente dos outros e, muitas vezes, sentir-se diferente dos outros, significa uma perda. A perda, experimentada pela criança adoptada, centra-se quase tanto na sua identidade como na relação perdida com os pais naturais. A vida daquela criança, vai ser completamente diferente do que deveria ter sido. Não ter qualquer vínculo genético com a família, representa outra perda. A adopção, significa crescer sem ninguém fisicamente parecido à sua volta (Van Gullden & Bartels, 1955, cit in Mateus & Relvas, 2007).

No que diz respeito ao funcionamento da família adoptiva, o sociólogo David Kirk reconheceu a necessidade de definir diferenças no funcionamento da família adoptiva e a família

biológica. Existe uma contradição, entre a maneira como os pais foram culturalmente preparados para a paternidade, e a maneira como acontece na realidade (Kirk, D. 1960, cit in Mateus & Relvas, 2007).

No estudo comparativo da experiência de pais adotivos e biológicos, concluiu-se que a experiência dos pais adotivos é completamente diferente da dos pais biológicos. “Os pais adotivos, além de sofrerem o trauma de não poderem conceber filhos seus e não viverem a celebração da gravidez, também não podem cumprir uma norma social mais básica: serem pais biológicos. A não-aceitação desta realidade, vai interferir tanto na relação pais – filhos, como no relacionamento conjugal, familiar e social. Ainda acrescenta a importância, na aceitação e reconhecimento destas diferenças. Facilitam o desenvolvimento global da família e do próprio indivíduo, permitindo aos pais adotivos, obter um melhor desempenho nesta função” (Kirk, D., 1960, Cit in Mateus & Relvas, 2007, p. 126).

Outro aspecto importante, a ter em conta no processo de construção e evolução da família adoptiva, no sentido do bem-estar, é: “1) a aceitação das diferenças, por parte de todos os elementos da (s) família (s) (nuclear e de origem), i.e., a família adoptiva, ela própria, terá que aceitar e integrar a suas diferenças perante os outros familiares: 2) as particularidades da evolução do seu ciclo de vida” (Mateus, & Relvas, 2007, p. 123-124).

O processo de desenvolvimento e integração da família adoptiva, depende de vários factores: a idade em que a criança é adoptada, o tempo de espera pela criança e, por vezes, a idade dos pais (Hoksbergen, 1996, cit in Mateus & Relvas, 2007).

Na revisão da literatura neste tema, encontramos que não há consenso em relação ao processo de vinculação. Podemos citar resultados de estudos, que concluem que o processo de vinculação não difere entre famílias adoptivas e não adoptivas desde que as crianças sejam da mesma raça dos pais (Anderson, 1994), bem como os que defendem que o processo de vinculação é igual tanto para as famílias biológicas como para a família adoptiva (Sorosky, 1984).

4.1 A teoria das Representações Sociais para a Análise da Adopção

Para o estudo da adopção inter-étnica, a teoria das representações sociais (Moscovisi, 1961) considera-se como um enquadramento conceptual relevante, na medida em que explora a forma como o conhecimento é construído socialmente, identificando os processos dinâmicos, que levam à aceitação ou rejeição do conhecimento que circula na sociedade (Castro, 2002). Ao mesmo tempo, permite-nos perceber a forma como são construídas as ideias, acerca da adopção de crianças de etnia/ cultura diferente à dos pais e os aspectos relevantes no processo de inserção, no meio do grupo de crianças em estudo.

Em segundo lugar, esta teoria fornece ferramentas metodológicas e analíticas importantes para o estudo do universo das opiniões, e simultaneamente para a sua interpretação de acordo com a posição identitária de quem as expressa. Esta razão, mostra-se nomeadamente importante porque, de acordo com este quadro teórico, o universo das opiniões que circulam em determinados grupos de técnicos, moldam as suas práticas profissionais, sobrepondo-se a conhecimentos científicos e técnicos (ver Morant, 2006).

A seguir, apresentam-se alguns pressupostos desta teoria e contributos para este estudo.

Moscovici (1961), ao analisar a formação das representações sociais, explicou como se opera a ligação entre o mundo social e o mundo psicológico, na construção do conhecimento e das opiniões. As representações sociais, podem ser definidas como “modalidades de conhecimento, socialmente elaboradas e partilhadas, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um objecto social” (Jodelet, 1989, p.36).

Entende-se, que as representações são sociais, por serem colectivamente produzidas. Desta forma, são um produto das interações e de fenómenos de comunicação no interior de um grupo social. Assim, a sua construção é entendida como o resultado de uma actividade cognitiva e simbólica de um grupo social e, por conseguinte, na diferenciação de grupos sociais (Vala, 1997).

Dois processos estão na base da formação das representações sociais: (1) a objectivação, que permite compreender, como no censo comum, as palavras e os conceitos são transformados em coisas concretas e (2) a ancoragem, através da qual os novos conhecimentos são integrados em categorias de conhecimento prévio. Neste sentido e com a acção destes processos, as representações cumprem funções fundamentais para a organização dos conhecimentos, ideias e

opiniões de grupos e indivíduos. Destas funções destacam-se: a transformação do não familiar em familiar, a organização de comportamentos, a argumentação e a explicação quotidiana, a criação de um campo para a comunicação e por conseguinte a diferenciação de grupos sociais (Castro, 2002).

Neste sentido, esperar-se-á que o grupo de informantes que participa neste estudo expresse as suas representações sobre a sua experiência como pais adoptivos.

5. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Reconhecendo que a adopção é um processo complexo, que nos últimos anos tem sido alvo de diversos estudos, o interesse nesta matéria surge da reflexão sobre esta realidade, pois parece-nos ainda insuficiente o conhecimento em Portugal acerca da adopção específica de crianças de etnia e cultura diferente da família adoptante (famílias inter-étnicas). No mundo globalizado, em que assistimos a constantes transformações sociais acompanhadas da livre circulação da informação e de pessoas, encontrar uma sociedade inter – étnica é apenas o resultado do processo da transformação social que trás a presença de novas formas de família.

6. OBJECTIVO GERAL DO ESTUDO

A investigação acerca da adopção específica de crianças de etnia e cultura diferentes da família adoptante, torna-se indispensável, a fim de avaliar e analisar como estas famílias respondem aos seus desafios específicos, indo ao encontro do “superior interesse da criança”. Por outro lado, a investigação pretende dar um pequeno contributo na reflexão que encoraje a realização de novos estudos mais abrangentes, deste tipo específico de famílias, a fim de encontrar alternativas e novas propostas de acompanhamento, nas suas dificuldades próprias do processo de integração sócio – familiar.

Desta forma, o objectivo principal deste estudo é perceber quais as motivações dos pais adoptivos que optaram por crianças de diferente etnia e/ou cultura e quais as suas experiências na família, na família alargada, no meio e com a equipa de adopções. Para tal, mostrou-se

necessário, por um lado, descrever e analisar percursos de vida e narrativas das famílias e, por outro, identificar e analisar as representações dos técnicos da equipa de adopção acerca da etnia e cultura das crianças em situação de adoptabilidade e das famílias adoptivas.

6.1 Objectivos Específicos

Para atingir o seu objectivo geral, o presente trabalho desenvolveu dois estudos. Num primeiro estudo procuramos a participação de famílias adoptivas inter-étnicas, com os objectivos de:

- Caracterizar o grupo de famílias que adoptaram crianças de etnia/ cultura diferente à dos pais em Portugal.
- Identificar as características sócio-económicas das famílias adoptivas.
- Identificar as representações das famílias acerca da etnia e cultura dos filhos.
- Compreender e analisar o impacto das diferenças étnicas/ culturais da criança, no processo de integração sócio – familiar, a diversos níveis (família alargada, escola, comunidade).

Num segundo estudo, recolhemos dados junto de técnicos de serviço de adopção. Entendemos que os resultados de este método de investigação pode ser um contributo para apoiar e reconhecer as forças e fraquezas do apoio técnico prestado a estas famílias, para a definição de estratégias que permitam uma maior rentabilização dos diferentes saberes e a implementação de novas formas de intervenção nesta área específica. Assim, pretendemos:

- Explorar a percepção geral dos técnicos da equipa de selecção dos candidatos à adopção, acerca das motivações dos candidatos a adopção de crianças de outra etnia / cultura.
- Definir a percepção geral dos técnicos da existência de critérios de selecção (inclusão/exclusão), para os candidatos à adopção de crianças de outra etnia/cultura.
- Compreender a percepção dos técnicos acerca dos aspectos determinantes nas adopções de crianças de outra etnia cultura bem sucedidas.

- Compreender a percepção dos técnicos acerca dos factores facilitadores, e os que podem dificultar, a adopção de crianças de outra etnia/ cultura.
- Caracterizar, de acordo com a percepção dos técnicos, as necessidades deste tipo de famílias.
- Explorar os apoios específicos existentes para estas famílias.

7. MÉTODO

8. DESENHO DO PRIMEIRO ESTUDO

Para a recolha de informação relevante, de acordo com os objectivos da presente investigação, foram realizados dois estudos e utilizados dois métodos de investigação qualitativa, nomeadamente: entrevistas individuais (estudo 1) e um grupo de discussão focalizada (estudo 2).

Neste contexto, no primeiro estudo, optou-se pela realização de entrevistas individuais, semi-estruturadas e de profundidade, a treze famílias que recorreram, com sucesso, à adopção de crianças de outra etnia/ cultura, diferente à dos pais adoptivos.

8.1 Caracterização das Famílias Adoptivas

Para a formação do grupo de entrevistados que participou no estudo 1, foram realizadas várias diligências. Foi enviada por carta e endereçada à direcção das entidades competentes em matéria de adopção, fazendo o pedido de colaboração para o estudo. O mesmo pedido foi feito, via e-mail, a duas entidades privadas legalmente autorizadas para a promoção da adopção em Portugal e a mediação da adopção internacional. Este pedido de colaboração, igualmente endereçado à presidência destas entidades, teve como objectivo solicitar a colaboração destas, a fim de divulgar e angariar famílias para a investigação - para a realização de entrevista gravada. As duas entidades privadas deram resposta favorável a este último pedido. As entidades fizeram

circular o pedido, tendo desta forma contacto via e-mail com 4 famílias que se disponibilizaram ao estudo.

Para a obtenção das restantes famílias para entrevista, recorreu-se a uma amostragem de conveniência. Os contactos profissionais da rede de alunos de mestrado, no sentido de identificar famílias adoptantes de crianças de outras etnias e culturas, que voluntariamente se disponibilizassem a conceder entrevista, resultou na obtenção de respostas favoráveis de 2 famílias. Uma amostragem em cadeia foi utilizada igualmente, solicitando novos contactos de famílias conhecidas dos entrevistados após cada entrevista, obtendo-se desta forma, 3 famílias. Por fim, as 4 famílias restantes foram recrutadas através de pessoas que colaboram na divulgação, transmitiram a informação do estudo e colaboraram voluntariamente.

Tabela 1 Distribuição dos Pais Adoptivos por Faixa Etária

Idade dos Pais	Parentesco		Total
	Mãe	Pai	
< 40 anos	2	2	4
Entre 41 e 46 anos	3	3	6
Entre 47 e 52 anos	6	5	11
> de 53 anos	1	3	4
Total	12	13	25

O grupo de entrevistados (N = 13) constitui-se maioritariamente por mães (N=12) e apenas por um pai, com idades compreendidas entre 40 e 53 anos. Na descrição das famílias é também considerado o/a companheiro/a da pessoa que acedeu à entrevista, num total de 25.

Tabela 2. Naturalidade dos Pais Adoptivos

Pais de Origem	Parentesco	Total
----------------	------------	-------

	Mãe	Pai	
Portugal	11	8	19
Suíça	1	0	1
Alemanha	0	3	3
Moçambique	0	2	2
Total	12	13	25

Em relação à naturalidade dos pais, na sua maioria (N=19) eram nascidos em Portugal, dos quais a maioria (N=11) era constituída por mães e a seguir (N=8) os pais.

Tabela 3. Formação Académica dos Pais

Habilitações	Parentesco		Total
	Mãe	Pai	
1º Ciclo do Ensino Básico	0	1	1
3º Ciclo do Ensino Básico	1	-	1
Ensino Secundário (Técnico-profissional)	-	2	2
Licenciatura	5	2	7
Licenciatura em Ciências Sociais e Humanas	1	2	3
Engenharia	1	1	2
Medicina/ Especialidades	2	3	5
Mestrado/Doutoramento	2	2	4
Total	12	13	25

No que concerne à formação profissional, a maioria das mães (N=5) possuía a licenciatura, bem como alguns dos pais (N=3). Encontrámos ainda pais e mães (N= 2) com mestrado e ou doutoramento.

Tabela 4 – Tipologia Familiar e Número de Filhos por Família

Tipo de Família	Nº de famílias
Família nuclear com filhos biológicos	3
Família nuclear só filhos adoptivos	9
Família monoparental masculina	1
Número de filhos (biológicos e adoptivos)	30
De 1 a 3 filhos	12
Com 5 filhos	1
Total de famílias	13

As tipologias das famílias entrevistadas constituem famílias nucleares, maioritariamente (N= 12). Têm entre 1 a 3 filhos adoptivos, e em menor número, as famílias nucleares com filhos biológicos que optaram pela adopção. Apenas entrevistamos uma (N=1) família monoparental masculina.

Tabela 5 - Idade do Filho Adoptivo e Tempo na Família de Adopção

Idades dos Filhos Aquando à Adopção	Nº de crianças
-------------------------------------	----------------

<de 1 ano	8
>de 1 ano - 4anos	3
Dos 5 – 8 anos	4
Dos 9 -12 anos	7
Total de filhos	22
<hr/>	
Tempo do filho na família de adopção	
<hr/>	
De 1 ano -3 anos	7
De 4 anos - 6 anos	8
De 7 anos -9 anos	5
>De 10 anos.	2
<hr/>	
Total de filhos	22
<hr/>	

Em relação às idades dos filhos, aquando a adopção, a maioria (N=8) foram adoptadas com menos de 1 ano de idade; a seguir (N=7), encontramos os filhos que foram adoptados na faixa etária dos 9 anos aos 12.

Com relação ao tempo de vivência na família de adopção, encontramos que a maioria das crianças tem de 4 a 6 anos na família que os adoptou; de seguida encontramos (N=7) os filhos que estão com a família entre 1 e 3 anos.

Tabela 6 - Área de Residência das Famílias Adoptivas Entrevistadas

Distrito (Concelho)	Nº de famílias
Lisboa (Sintra/ Odivelas/ Cascais)	7
Leiria (Batalha/ Marinha Grande)	3

Santarém (Ourém/ Cercal)	2
Setúbal (Alcochete)	1
Total de famílias	13

Quanto a área de residência das famílias entrevistadas, a maioria (N=7) eram do distrito de Lisboa, e algumas dos distritos de Leiria, Santarém e Setúbal.

Tabela 7 - Rendimentos do Agregado Familiar

Rendimento mensal do agregado	Frequência
De 3,000 – 5,000	8
De 6,000 – 8,000	2
Mais de 8,000	3
Total	13
Tipologia da habitação do agregado familiar	Própria
Apartamento	5
Moradia	8
Total	13

Quanto aos rendimentos do agregado familiar, encontramos que a maioria (N= 8) auferem um rendimento mensal entre 3,000 e 5,000 euros por mês; a seguir encontram-se alguns (N= 3) que auferem mais de 8,000 euros por mês, e por último (N= 2) as famílias que tem um rendimento mensal entre 6,000 e 8,000 euros.

No que diz respeito à habitação, a maioria das famílias (N=8) reside em moradia; as restantes (N=5) em apartamento; e na totalidade (N=13), a habitação é propriedade do agregado familiar.

Tabela 8- Origem Étnica/Cultural dos Filhos Adoptivos

Proveniência étnica/ cultural	N
Guiné-Bissau	2
Moçambique	2
Tailândia	2
Cabo Verde	13
Brasil	3
Total de filhos	22

No que diz respeito à origem e /ou proveniência étnica/cultural dos filhos adoptivos, a maioria (N=13) eram naturais da República de Cabo-Verde, tendo sido adoptadas por adopção internacional.

Tabela 9 – Distribuição das Crianças por Faixa Etária e Género

Faixa etária	Filhos		Total
	Biológicos	Adoptivos	
< 3 anos	0	1	1
Entre 3 e 6 anos	0	6	6
Entre 7 e 10 anos	0	5	5
Entre 11 e 14 anos	0	8	8
> 14 anos	0	2	2

Entre 19 e 22	4	0	4
> 22 anos	4	0	4
.....			
Género			
.....			
Feminino	2	12	14
Masculino	6	10	16
Total	8	22	30

No que concerne à idade, quando comparamos as idades dos filhos biológicos e as idades filhos adoptivos, a maioria dos filhos adoptivos (N= 8) encontravam-se na faixa etária entre 11 anos e 14 anos de idade e, na sua maioria (N=12), eram do sexo feminino. Ao inverso, encontrámos que os filhos biológicos (N=8) se encontravam entre 19 e mais de 22 anos de idade e eram na sua maioria (N=6) do sexo masculino.

8.2 Instrumento e Procedimento

Para atingir os objectivos da investigação, foi elaborado um guião de entrevista semi-estruturada, que permitisse estimular uma conversação fluida e continuada, “*on-going conversation*” (Flick, 1992) e recolher a informação relevante de profundidade sobre os seguintes temas:

- Identificação do momento/acometimento da vida familiar que deu origem à ideia da adopção.
- Percepção das motivações dos pais para a adopção de crianças de outra etnia/ cultura.
- Identificação de diferenças entre famílias que adoptaram crianças de outra etnia/cultura e famílias que adoptaram crianças da mesma etnia/cultura dos pais adoptivos.
- Exploração da percepção que o filho tem acerca das diferenças e das formas como vivenciam e lidam com as diferenças no meio sócio-familiar.
- Identificação da forma como são vivenciadas as diferenças físicas e culturais do filho e qual o impacto no meio sócio-familiar.

- Compreensão das estratégias da família, para fazer face às questões relacionadas com as diferenças étnico-culturais do filho.

Para uma melhor compreensão das ideias expressadas pelos entrevistados e a experiência enquanto família, foi solicitado que exemplificassem com situações concretas do dia-a-dia da família.

O guião da entrevista construído incluiu questões iniciais por escrito (ver anexo N° 1) sobre dados demográficos (idade, estado civil, grupo étnico, formação académica, composição do agregado familiar, rendimentos) para poder efectuar a caracterização da amostra e do seu contexto. Pretendia-se ainda que estas questões iniciais facilitassem a introdução do tema central e contribuísse para o envolvimento do entrevistado no diálogo pretendido.

Foram realizadas duas entrevistas de “pré-teste/experiência”, no início de Abril de 2009. Surgiram alterações importantes relacionadas com as características da família (tipologia das famílias) e questões relacionadas com a idade das crianças na altura da adopção. Após as alterações ao guião de entrevista, as mesmas realizaram-se entre os meses de Junho e Setembro de 2009 e uma última em Janeiro de 2010.

O espaço de tempo que decorreu entre as entrevistas foi devido a factores relacionados com a disponibilidade dos entrevistados e à localização geográfica. As entrevistas foram realizadas em diversos espaços: residência familiar (3), local de trabalho (2) e cafés/ esplanadas (8). As entrevistas tiveram uma duração de uma hora e meia cada, em média. Finalmente, as entrevistas foram transcritas literalmente, a fim de se proceder à sua análise.

8.3 Análise da Informação Obtida no Primeiro Estudo

O corpo de análise deste estudo foi constituído pelo material transcrito, resultante das Treze entrevistas. A análise da informação obtida foi feita através de análise de conteúdo (Claude, 2004) que obedeceu à combinação de dois métodos:

- Inclusão das categorias definidas *a priori*, após revisão da literatura.
- Inclusão das categorias que emergiram da informação obtida através das entrevistas, com a repetição de ideias /argumentos.

Para tal, foi necessário realizar a leitura, repetidamente, das entrevistas transcritas, afim de poder identificar padrões de argumento, de forma a garantir que a categorização realizada era precisa no contexto da entrevista (Gill, 2002).

De acordo com o modelo assente na *Grounded Theory*, sugere-se que “cada abordagem a cada fenómeno particular começa com a codificação de informação disponível, seguindo passo a passo do processamento qualitativo em direcção a uma quantificação dos dados com sentido, a partir dessa mesma informação” (Strauss & Corbin 1990, cit. por Fryba, 1995, op. cit. p 1-2).

Desta forma, cada entrevista foi analisada individualmente e submetida ao processo de categorização. Foram feitos os registos, as presenças e ausências do uso de cada argumento pelo entrevistado de cada categoria e subcategoria, possibilitando a quantificação dos argumentos e a análise da informação.

9. RESULTADOS DO PRIMEIRO ESTUDO

De seguida apresenta-se a análise descritiva dos resultados. Estes serão ilustrados por excertos das entrevistas, cuja selecção foi feita de acordo com a sua representatividade no corpus de análise, exemplificando a tendência geral da análise.

Os resultados da análise de conteúdo encontram-se organizados e apresentados pelas principais questões/temas abordados nas entrevistas.

Tabela.10 - Surgimento da Ideia da Adopção

Categorias	Frequência	Subcategorias – Argumentos justificativos
Após de verificar a infertilidade	3	<i>Se não podemos ter os nossos, vamos tentar adoptar um menino ou uma menina</i>
Ideia da adopção presente desde	5	<i>Muito cedo! Comecei a falar, não vou ter os meus</i>

criança		<i>filhos, com muitas crianças para adoptar.</i> <i>Eu sempre tive essa ideia! Sempre desde miúda. Sempre.</i>
Maternidade biológica e adoptiva, projecto do casal	6	<i>Desde o início, nós tínhamos decidido adoptar uma criança, mesmo tendo filhos biológicos.</i>
Proposta externa	3	<i>As Assistentes Sociais de aqui da zona ouviram-me falar, na altura foi mesmo, lembraram-se de mim, propuseram-me e eu fiquei.</i>

A tabela supra denota que, na análise do “surgimento da ideia da adopção dos pais adoptivos”, emergiram quatro macros categorias: maternidade biológica e adoptiva como um projecto do casal (N=6); a ideia da adopção presente desde criança (N= 5); após de verificar a infertilidade (N=3); ou proposta externa (N=3).

As motivações para a adopção foram analisadas e categorizadas, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 11- Motivações para a Adopção

Categories	Frequência	Subcategorias – Argumentos justificativos
Desejo de constituir família ou completar a família	6	<i>Temos uma aspiração legítima de constituirmos uma família.</i> <i>Para já, esta filha veio constituir uma família. A completar uma família.</i>
Desejo de conciliar a Maternidade biológica e adoptiva	4	<i>Na nossa idealização, pensávamos que teríamos um filho biológico e um filho adoptivo</i>
Altruísmo/ solidariedade	4	<i>Uma dimensão altruísta, era a nossa filosofia de vida</i>
Ter uma criança de género	2	<i>Queríamos uma menina</i>

diferente

Como é possível observar pela leitura da tabela, na análise das motivações dos pais para a adoção surgiram quatro categorias: “o desejo de constituir família ou completar a família” foi referido como maior (N= 6) frequência pelos entrevistados; o desejo de conciliar a maternidade biológica e adoptiva (N= 4) e a dimensão altruísta e solidariedade como objectivo de vida (N= 4) foram a seguir; por último, o desejo em ter uma criança de género diferente (N= 2).

Por sua vez, a motivação para a adoção inter-étnica também foi analisada. As categorias encontradas são descritas e ilustradas na tabela seguinte.

Tabela 12 - Motivações para a Adopção Inter-Étnica

Categorias	Frequência	Subcategorias – Argumentos justificativos
Celeridade no processo	4	<i>No Instituto de Segurança Social, disseram-nos que andava à volta dos 6 anos, e nós dissemos que não estávamos dispostos a esperar tanto tempo.</i> <i>Então, através de alguns amigos, tentámos localizar outras possibilidades no estrangeiro, para que houvesse um processo mais rápido em relação a esses prazos que nos indicaram.</i>
Sem preferência étnica /cultural	9	<i>Era um filho de qualquer um dos 4 cantos do mundo. Portanto nunca a questão da etnia foi pensada e reflectida, porque ela implicitamente esteve sempre presente.</i>
Maior probabilidade em ter uma criança pequena	6	<i>Quanto mais novo melhor, para todas as partes.</i>
Menor risco de interferência dos pais biológicos	1	<i>Não corremos o risco, de aqui a dez anos, aparecer-nos os pais deles.</i>

A tabela anterior permite a constatação da existência de uma quantidade de famílias (N= 9) que não escolheram, no sentido estrito, adoptar uma criança de etnia diferente – escolheram, sim, adoptar uma criança, independentemente da sua origem étnica ou cultural. No entanto, uma parte significativa de pais (n=4) recorreu à adopção internacional, por considerar ser uma resposta rápida e a possível maior segurança (i.e. no caso de adopções internacionais (n=1). E um número elevado de famílias (N= 6) consideraram que com a adopção internacional teriam maior probabilidade de satisfazer o desejo em ter uma criança pequena. Em nenhum caso as famílias entrevistadas referiram a motivação explícita de se tornarem famílias inter-étnicas.

Tabela 13 - Impacto da Adopção na Criança. Percepção dos Pais

Categorias	Frequências	Subcategorias – Argumentos justificativos
Sufrimento Insatisfação, revolta, quando toma consciência das diferenças étnicas com os pais	7	<i>Não gosto nada minha cor, não gosto da nossa raça, da nossa cor” Eles próprios de facto sofrem com isso.</i>
As diferenças étnicas da criança, tornando à adopção visível no meio social	9	<i>Os meninos são iguais às mães e só tu é que não és igual a mim” Ele não dizia, eu não sou como tu, “eu vejo as mães dos meninos a irem buscá-los à escola porquê é que tu não és igual a mim?”</i> , <i>Eles, às vezes, não querem ir connosco porque saímos em família e como somos uma família diferente, há sempre aqueles olhares muito curiosos e eles não perguntam nada, mas olham para os miúdos com uns olhos!</i>
O impacto da adopção depende da idade da criança aquando à adopção	3	<i>Não teve uma educação, como da cultura dela, veio de lá com 15 meses,</i>
Adopção percepcionada de forma positiva.	11	<i>Desde os dois anos, sabe que é adoptado, sabe as circunstâncias, sabe tudo... portanto aqui não há perdas emocionais, como não há aqui nenhum drama associado, há só ganhos, de tal maneira, que ele até transforma isso num trunfo social.</i>

Curiosidade em saber acerca da sua origem.	2	<i>Também estou muito curioso, também gostava de saber, quem é que era o meu verdadeiro pai e a minha mãe e também gostava de saber se tinha irmãos.</i>
Sufrimento devido à perda das referências afectivas	1	<i>Ela chegava, por regra geral, numa altura, era ao fim do dia e ela começava a ficar muito nostálgica, aninhava se vinha para o colo, e por vezes, ela nem sempre dizia, ela censurava-se, muitas vezes dizia que queria ir para a tia.</i>

Como é possível verificar na tabela anterior, em relação ao impacto da adopção na criança, a maioria dos pais referiram (N= 16) que seus filhos revelaram sofrimento e manifestaram revolta quando verificaram que as diferenças físicas/ étnicas (tom de pele, cabelo etc.) evidenciavam, no meio social, o facto de serem filhos adoptivos; bem como descontentamento relativamente à sua imagem. No entanto, de forma geral (N=11) os pais avaliaram a adopção de forma positiva. Por último, são referidas algumas situações (N=2) em que os filhos manifestam interesse em saber acerca da família de origem e crianças que manifestam tristeza pela perda da relação significativa da pessoa que cuidava dela anteriormente.

Tabela 14 - Reacção da Família Alargada à Integração da Criança

Categorias	Frequências	Subcategorias – Argumentos justificativos
Reacção positiva e aceitação	6	<i>A minha família, toda a gente reagiu muito bem: o avó, os avós tanto da minha família com a do Y; toda, a gente reagiu, muito, muito, bem!</i> <i>O irmão mais velho da minha mãe, é casado, a minha tia, C é de cor. Portanto, tenho primos de cor, a X e Y que são dois primos meus, são de cor. O que permite, em termos familiares, que X e X, tenham uma identificação também muito grande. Não é uma família só de gente branca, não é?</i>

Discriminação/ Atitudes racistas	7	<i>A minha sogra, que continua a fazer distinção, entre os netos biológicos e “aqueles”, que é como ela fala, dos, dos netos, é “aqueles”, que ela pensa, que são “os criados.”</i>
Preconceito perante a adopção	3	<i>Essa pessoa que se opunha, não era por ser uma adopção internacional, era pura e simplesmente por ser uma adopção.</i>

No que diz respeito à reacção à criança dos familiares mais próximos, os pais reportam na maioria (N=10) existir discriminação e atitudes de racismo, associados ao preconceito relativamente à adopção. Apenas alguns (N= 6) referiram atitudes de aceitação da criança no agregado familiar, e como factor facilitador da integração das crianças, a existência de familiares que também não eram de origem Caucasiana.

Tabela 15 - Reacção do Meio Social, Quando Identificam que é uma Criança Adoptada

Categorias	Frequências	Subcategorias – Argumentos justificativos
Aceitação / solidariedade	5	<i>Portanto, vê-nos como uma família gira.</i> <i>Houve muita gente que nos ajudou também; porque, no fundo no fundo, nos quando fomos buscar estas meninas, nos não pensávamos que fosse tão de presa.</i>
Discriminatórias e racismo	6	<i>Tive uma vizinha que disse aos meus vizinhos: Mas nós vamos ter uma preta, aqui no prédio?”</i>
Não identificam reacções do meio	2	<i>Acredito que haja situações menos... pessoas que olhem para as coisas de uma forma menos correcta. Nunca me aconteceu.</i>
Atitudes de Simpatia e manifestações de pena perante a criança	6	<i>Eu ainda me lembro disto, era “o menino” e o “coitadinho”, que por ser preto era coitadinho, no fundo é isso, davam um chupa ao Y e não davam às outras crianças que estavam ali ao lado, que isto parecia mesmo mal</i>

Quanto à reacção do meio social perante a adopção, podemos verificar que os pais reportam (N=6) reacções discriminatórias e racismo do meio social mais próximo (vizinhos). Da mesma forma, foram reportadas atitudes paradoxais de simpatia e pena com relação à criança (N=6). A seguir encontramos os pais que referem atitudes de solidariedade e admiração relativamente à família e, por fim, (N=2) os pais que não identificaram qualquer reacção hostil do meio.

Tabela 16 - Integração Escolar da Criança

Categorias	Frequências	Subcategorias – Argumentos justificativos
Reacção positiva e inclusiva (o processo de reconhecimento e aceitação das diferenças físicas e culturais dos pais e criança)	6	<i>Na escola, pensou que houve uma grande preparação, antes da parte dos professores. Dos professores e mesmo dos catequistas, na catequese. Pensou que também conversaram isso tudo, lá na catequese.</i>
Discriminatória/Rejeição	7	<i>Ele era o único negro da turma. Era a palavra dos outros contra a dele. Então era assim, ameaçou e disse: "tu não te portas melhor, eu vou te retirar, eu vou fazer queixa, à segurança social, a segurança social, como tu és adoptado e a tua mãe, já é velha e não te sabe educar, vá lá e tira - te para uma instituição"</i> <i>Lhe chamam preta. Elas não são iguais. Os garotos conseguem ser muito duros uns com os outros</i>
Atitudes de Racismo	6	<i>Aliás, já tivemos de tratar de várias assuntos com alguns alunos e professores, por causa disso...eu posso mesmo dizer esta frase: Eu sinto que ainda há muito racismo camuflado</i>

Relativamente à integração escolar, encontramos que a maioria dos pais (N=15), fizeram referência a atitudes de discriminatórias, quer das outras crianças em contexto escolar, como dos professores. Em menor proporção (N=6), os pais referiram, como realizaram uma importante

tarifa de preparação na escola, tanto aos alunos como aos pais, para o reconhecimento e aceitação, importante para a inclusão e integração escolar das crianças.

Tabela 17- Percepção da Família Adoptiva, Face aos Outros Tipos de Família

Categories	Frequência	Subcategorias – Argumentos justificativos
Não há diferenças no funcionamento da família	6	<p><i>É assim, eu acho que a adopção dum criança, em termos do que envolve na relação de filhos - pais, pais - filhos, e tudo o que diz respeito ao desenvolvimento e crescimento dum criança é exactamente igual, porque uma criança é uma criança em qualquer parte do mundo,</i></p> <p><i>Ah....para mim, ah, não, não, não acho que exista diferença nenhuma! Pensamos que há crianças diferentes apenas! E formas diferentes de chegar ao mesmo objectivo.</i></p>
Famílias mais vulneráveis pela visibilidade da adopção	6	<p><i>Apesar de ser de uma etnia diferente, mais ser africano, dá, dá nas vistas.</i></p> <p><i>Duplo preconceito a Cor e adopção.</i></p> <p><i>Ideias racistas, em relação ao meio sócio familiar.</i></p>
As diferenças relacionadas com as características da criança e ou com os pais	8	<p><i>A primeira, tem a ver com aquilo que eu já disse: Há muito pais adoptantes que têm uma ferida, que não estão curados. Isso é muito mal e gera muitos equívocos. A segunda, tem a ver com as crianças, não é? Uma coisa é receber uma criança que foi gerada com amor, cuja mãe foi às consultas, acompanhada pelo pai, que não viveu momentos de angústia nem maus tratos.</i></p> <p><i>É diferente, porque eles já traziam uma certa idade, logo já tinham uma certa cultura enraizada, que permanece, e nós aí não vamos rejeitar o passado deles.</i></p>

Quanto à percepção dos pais, acerca da sua própria família adotiva e quando comparada com outra tipologia de família, os pais reportam com maior frequência (N= 8) que as suas famílias são diferentes, tanto pelas características (especificidade na concretização maternidade/paternidade) como pelas características da criança (história de vida, idade, cultura): A seguir surgem as famílias (N= 6) que referiram não encontrar diferenças, quer funcionais relativas ao desenvolvimento da criança, quer enquanto processo. No entanto, reconhece-se a existência de características específicas nas crianças; e nos próprios pais, que atingiram a paternidade por meios diferentes. Com a mesma frequência, as famílias (N=6) reportam como principal diferença a visibilidade da família pela diferença étnica da criança, tornando a família mais vulnerável a situações de discriminação e duplo preconceito, relativamente à adoção e atitudes de racismo.

Tabela 18- Aculturação e Integração

Categories	Frequências	Subcategorias – Argumentos justificativos
Aquisição de nova identidade/interiorização dos novos elementos culturais	6	<i>Percebeu, que havia uma outra forma de estar na vida. E portanto ela criou amizades. Acho que a escola foi fundamental para a integração dela e para a aquisição de normas sociais, que ela não tinha, não é? Ela tinha outro tipo de normas ou comportamentos,</i> <i>Gostam! D gosta muito de danças e depois tem muito jeito para danças. Aqueles jeitos que nos não temos e a X tem esses jeitos. A X2 também tem, mas não faz</i>
Integração da nova cultura/ abandono dos elementos culturais de origem	3	<i>Alias, há um fenómeno muito engraçado: a X demorou cerca de um mês a me chamar de mãe.</i> <i>A figura maternal dela, materna dela era a tia, a quem ela tratava por mãe. Então não me podia tratar por mãe. E só quando ela foi para a escola e sentiu por primeira vez a minha ausência, portanto, foi no primeiro dia de escola que ela me tratou por mãe.</i>

Interiorização dos aspectos da cultura Portuguesa no meio institucional.	11	<i>No caso deles, da Instituição, as regras eram bastante cultura portuguesa, não houve esse...de facto, quando ia lá a família no caso da X por exemplo, era mais em termos alimentares, uma ou outra vez, mas a alimentação Portuguesa, ela já fazia desde bebé, na instituição.</i>
Rejeição das origens como forma de integração dos novos elementos culturais	3	<i>Ela precisa rejeitar as origens, para se integrar. Eu acho que só quando for a adolescência, é que ela vai fazer o percurso dela, finalmente. Mas faz parte! É assim: se ela se mantivesse ligada às origens,</i>

No que diz respeito ao processo de integração cultural, a maioria (N=11) dos pais considera que a integração institucional lhes permitiu integrar a cultura Portuguesa desde tenra idade. Desta forma, a cultura da família de origem não foi transmitida geralmente.

Tabela 19- Acompanhamento e Apoios da Equipa da Adopções às Famílias

Categories	Frequências	Subcategorias – Argumentos justificativos
Os apoios devem ser adaptados às características da criança e à especificidade da família adoptiva.	6	<i>Ninguém está adaptado a receber um miúdo com 5 anos. Nem visto! É uma coisa! Não é? E não tem a ver, só cuidados, tem a ver com a especificidade destes miúdos... miúdos que não tiveram, que não tiveram estímulos que deveriam ter tido na altura certa.</i>
Necessidade grupos de discussão, inter-ajuda para pais.	7	<i>Se as pessoas tiverem esse tipo de apoio, ou respostas; no fundo, é uma situação de que, penso que não se faz muito cá, em...são reuniões de apoio inter pares.</i>
Grupos de inter-ajuda para crianças	1	<i>O Y diz à outra miúda: ouve lá! E qual é o problema de ser adoptado? Provavelmente tem uma vida melhor aos 10 anos! Foi assim que Y diz aos 6 anos ou 7 a outra miúda. E ela diz A... que é uma vergonha! Não é nada!</i>

		<i>Eu também sou!</i>
Preparação dos técnicos / especialistas para o estudo da criança e acompanhamento da família nas suas especificidades	5	<i>Eu acho que dava muito jeito.... Coisa que não sabia. Eu próprio não sabia, por exemplo: se uma criança... se uma criança que é adoptada só por um pai, será que isto vai dar um óptimo desenvolvimento, ou vai precisar de uma mãe? ...estamos a inventar aqui uma mãe? Ou seja, (?) todas essas coisas. Hoje sei a resposta disso.</i>
A apoio técnico especializado, quando necessário.	6	<i>Se ela, algum dia, vier a ter alguma necessidade por ser adoptada; certamente eu ter é que procurar algum apoio, mais não preciso, um apoio organizado, posso eventualmente, é... é... da mesma maneira como para os meus filhos.</i>
Alterações legais	3	<i>Choca-me que seja retirado um mês à família de adopção. Segundo eles, não há recuperação do parto. E portanto, pode ter menos um mês, eu acho, que deveríamos ter mais! Porque há um namoro que ter que ser feito, que não foi feito durante os meses da gravidez. E ter que ser feito depois, cá fora, não é?</i> <i>A partir dos 15 anos, já não posso, até os 15 anos, sabe perfeitamente que adoptar uma criança com meses é diferente! Portanto, e a lei trata-o de modo igual! É errado! Agora, daí para cá, há muitas variáveis que contemplar, por forma, a favor da criança, sem dúvida.</i>

No quadro anterior, como é possível observar pela leitura da tabela, a opinião dos pais, relativamente aos apoios/ acompanhamento da equipa de adopção, na pré e pós adopção, a maioria (N=7) reporta a necessidade de mais acompanhamento e apoios nomeadamente no que diz respeito à criação de grupos de discussão / auto-ajuda, para pais e grupo de crianças (N=1), onde a partilha das diversas experiências pode ser uma forma eficaz de inter – ajuda e encorajamento, na resolução de problemas do quotidiano, associados as características étnico / culturais da criança. A seguir (N=6) as opiniões dos entrevistados apontam para apoios adaptados as características da criança (idade, procedência) e à especificidade de cada família (família mono parental, família com filhos biológicos). De igual forma (N=6), as famílias que entendem que, à semelhança das famílias biológicas, os pais deverão procurar os apoios/

acompanhamentos especializados, caso seja necessário. São ainda referidas com frequência (N=5) a importância na preparação dos técnicos de adopção, a fim de estudar e avaliação da criança, de forma a acompanhar e orientar os pais nas dificuldades, e realizar emparelhamentos mais adequados. Por fim, os pais que apontam a necessidade de legislar, em matéria de tempo de licença, e no caso de crianças na fase da adolescência, como um instrumento regulador das alterações comportamentais.

10. SÍNTESE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO ESTUDO

O grupo das treze famílias que estudamos permitiram-nos caracterizar, de certo modo, um perfil sócio-demográfico das famílias adoptivas inter-étnicas. Encontramos que, na sua generalidade, são famílias nucleares com filhos adoptivos. A maioria dos pais é de nacionalidade Portuguesa, pertencentes maioritariamente a uma classe sócio-económica média-alta, em que ambos os elementos do casal auferem rendimentos do trabalho. Estes dados enquadram-se dentro das características dos pais adoptivos referidas na literatura, relativamente ao meio sócio - cultural favorável na maioria dos pais adoptivos (Lee. R, 2004, cit in Juffer, F. & Van Ijzendoorn, M., 2007). O nível etário do casal é alto, situam-se, grandemente, entre 47 e 52 anos de idade (24% mulheres e 20% homens), o que está de acordo com o estabelecido pela lei portuguesa nos requisitos exigidos para a adopção.

Por seu lado, a maioria das crianças são naturais de Cabo Verde e do sexo feminino. As idades mais frequentes, quando chegam ao casal, são os bebés com menos de 1 ano. O tempo de adopção do filho na família é entre os 4 aos 6 anos. Também estes dados estão de acordo com a literatura, segundo Oliveira (2007).

Também quanto à idade, encontramos que a tendência a adoptar crianças pequenas, conforme indica a intenção dos candidatos à adopção. De facto, de acordo com os estudos de adopção inter-étnica, quanto mais cedo ocorre a adopção (e em especial, a inter-étnica), menor é o risco de manifestar problemas psicológicos (Fensbo, C. 2003). Da mesma forma, encontramos legislação a esse respeito, de acordo com a Lei 31/2003, de 22 de Agosto, que aponta para

necessidade do adoptantes que desejem uma paternidade plena acolherem uma criança o mais cedo possível na sua vida, de modo a formar laços afectivos.

Em relação as variáveis relacionadas com a motivação/surgimento da ideia da adopção, encontramos no nosso estudo que a maioria das famílias inquirida reporta a ideia da adopção como um projecto de vida, “conciliar a maternidade adoptiva com a biológica”, ideia presente em um dos elementos do casal. A motivação na sua generalidade é pelo desejo de “constituir família ou completar a família” (Ambert, 2003, cit in Oliveira, 2007). Uma vez mais encontramos na literatura como uma das motivações para adopção, a presença de novas formas de família, na sociedade Portuguesa (Infante, 1991, cit in Oliveira, 2007) - casais com filhos biológicos que optam por ter mais filhos recorrendo à adopção (motivação não associada à problemas de infertilidade), existindo em estes casos a motivação subjacente de altruísmo; “Salvar uma Criança” (Brodzinky, 1997, cit in Oliveira, 2007).

Quanto à especificidade da adoptar uma criança de outra etnia, encontramos que a maioria de pais, na sua intenção, não reporta preferência étnica /cultural, e recorreram à adopção internacional por ser a via mais rápida para a concretização do seu desejo quando comparado com o tempo de espera de um candidato à adopção nacional. As diferenças étnicas da criança são à partida uma característica inerente a este tipo de adopção.

Ainda podemos inferir que, de acordo com os resultados, a idade dos pais adoptivos, deste estudo, pode ser uma variável importante associada à procura da adopção internacional, como uma alternativa célere para a concretização do desejo.

Em relação à percepção dos pais do impacto da adopção na criança, a maioria dos pais inquiridos referiram como seus filhos revelam sofrimento, a dois níveis: quando adquirem consciência das diferenças físicas com relação aos pais e restantes elementos da família alargada, e quando no meio social se confrontam com o facto da sua presença na família a tornar “diferente” por sair dos padrões e modelos de família “tradicional”. A este respeito, a literatura confirma uma vez mais que crianças adoptadas na Dinamarca, em adopção inter-étnica, apresentaram problemas de identidade e /ou consciência de raça, mostrando sinais de insatisfação e desilusão nas emoções diárias (Fensbo, C2003).

Quanto à reacção do meio em geral, tanto são reportadas atitudes discriminatórias e manifestações de racismo, como atitudes de simpatia e compaixão com relação à criança. Considerando que a adopção é uma prática recente na sociedade Portuguesa, acompanhada de transformações, económicas, políticas e sociais, podemos hipotetizar que as reacções do meio social se enquadram na construção e interiorização de novas práticas e conceitos (como as novas famílias).

Especificamente quando falamos do contexto escolar, são reportadas tanto atitudes positivas de inclusão, como resultado do trabalho de sensibilização pelo respeito e aceitação da diferença, como atitudes discriminatórias e racistas.

No que toca à reacção da família alargada à integração da criança, a maioria das famílias considera que seus filhos são alvo de discriminação por parte de familiares próximos e por vezes têm atitudes preconceituosas relativamente ao facto de serem filhos adoptivos. Quanto ao meio social, reportam com a mesma frequência tanto atitudes discriminatórias e racismo, como simpatia e por vezes “pena perante a criança adoptada”. Neste domínio, em contraste, a literatura destaca a importância no processo de construção e evolução da família adoptiva, a aceitação das diferenças por parte de todos os elementos da família, iniciando a própria família este processo de aceitação (Mateus & Relvas, 2007).

Relativamente ao processo de aculturação do filho adoptivo, podemos destacar os seguintes aspectos como relevantes. À partida, a amostra deste estudo é composta por dois grupos de crianças com diferentes especificidades: (1) crianças adoptadas por adopção internacional, que foram adoptadas enquanto bebés, e que foram institucionalizadas nos seus países de origem; e (2) crianças que nasceram em Portugal e tiveram os 4 primeiros anos de vida na família de origem, passando posteriormente a serem alvo de medida de promoção e protecção institucional. A este respeito, as famílias inquiridas reportam o facto de as crianças no segundo grupo terem já interiorizado a cultura portuguesa no meio institucional e escolar, quanto à alimentação, regras, etc, e não manifestam preocupação no processo de aculturação de seus filhos, podendo este facto estar associado as características acima referidas. Porém, este facto revela um possível desconhecimento dos complexos processos de aculturação e desenvolvimento da identidade étnica das famílias, que detêm uma visão simplista.

De facto, quando fazemos a revisão da literatura, os estudos ao nível internacional sobre este tema apontam resultados preocupantes ao nível dos sinais de stress e tensão nos pais, insatisfação e desilusão nas emoções diárias nas crianças dos efeitos da integração à nova cultura. Este aspecto é importante a ter em conta, no acompanhamento as famílias pós-adopção (Fensbo, C. 2003).

A variável relacionada com as opiniões acerca da percepção que os próprios pais têm da sua família (auto-imagem familiar), quando comparadas com as famílias “tradicionais”, os pais em geral reconhecem diferenças na sua função parental/filial, baseadas na forma como esta foi construída, as diferenças próprias das crianças relacionadas com a sua história de vida, idade, etc. A literatura neste sentido considera importante a família reconhecer a existências das diferenças e particularidades a fim de identificá-las e integrá-las como parte do processo evolutivo do ciclo vital da família (Alarcão & Relvas, 2007).

Finalmente, apuramos a opinião das famílias acerca do acompanhamento da equipa de adopção, nos períodos de pré-adopção e pós-adopção. Este aspecto foi encarado mais no sentido da necessidade de espaço de partilha de experiências dos pais e das crianças como elemento enriquecedor, encorajador, como acontece em outros países com prática e experiência em adopção. Os pais reportam ao mesmo tempo a sentida necessidade de avaliação da criança por técnicos experientes e especializados, a fim de informar os pais, contribuindo para o processo de adaptação e integração no meio familiar. Encontramos a este respeito na literatura recomendações importantes a este nível quando se verificam estes “tipos de adopção” (Martí & Zurita, 2004). Como retomaremos mais tarde, esta questão parece-nos tão mais importante quando enquadrada no facto de a maioria das famílias de facto não ter escolhido activamente ser uma família inter-étnica, com tudo o que isso possa implicar de provável ausência de preparação para este processo, e o apoio necessário para facilitar a consciencialização, aceitação e gestão das diferenças dentro da família, na família alargada e no meio não ter qualquer apoio.

11. DESENHO DO SEGUNDO ESTUDO

Para a realização do segundo estudo, optou-se pela aplicação de um grupo de discussão focalizada com elementos de Equipas de Adopção de uma Instituição. Consideramos o grupo de discussão focalizada o nosso instrumento de investigação, para este segundo estudo. Esta é uma metodologia de avaliação qualitativa (Galego & Gomes, 2005), constituindo-se uma ferramenta pertinente, tendo em conta que o objectivo de investigação.

Por outro lado, esta metodologia permitirá o aprofundamento relativamente a este tipo de adopção específica, identificando áreas chaves da actuação, a forma como os técnicos pensam e agem relativamente ao tema da adopção inter-étnica, a forma de actuação na prática diária, como os diferentes saberes, se articulam se cruzam ou pelo contrario, se sobre põem e chocam (Vala, 2001).

11.1 Caracterização do Grupo de Técnicos da Equipa de Adopções.

A caracterização sumária da amostra de técnicos que participou neste segundo encontra-se na tabela seguinte.

Tabela 20 - Caracterização do Grupo de Técnicos da Equipa de Adopções

Nº	Género	Experiência dos Técnicos equipa de Adopções (Anos)	Formação Académica
1	F	1	Assistente Social
2	F	1	Psicóloga
3	F	10	Assistente Social

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

4	F	6	Psicóloga
5	F	6	Psicóloga
6	F	7	Assistente Social
7	F	6	Psicóloga
8	F	8	Direito – Jurista
9	F	6	Assistente Social

Tempo médio de experiência 5.57 anos
(DP=2.95)

Os técnicos que participaram no grupo de discussão focalizada (N=9) foram do sexo feminino na totalidade. No que concerne ao tempo de experiência nesta área, a média foi de 5.57 anos. No que diz respeito à formação académica, a maioria das técnicas eram Assistentes Sociais (N=4) e Psicólogas (N=4), e apenas uma Jurista.

Tabela 21- Distribuição do Grupo de Técnicos da Equipa de Adopção por Faixas Etárias

Idades dos Participantes	N
De 29 a 34 anos	1
De 35 a 41 anos	5
De 42 a 48 anos	1
Mais de 49 anos	2
Total	9
Média etária	41.89 anos
DP	7.36 anos

No que concerne à idade dos técnicos que participaram no grupo de discussão focalizada, a idade média foi de 41.89 anos.

11.2 Instrumento e Procedimento do Segundo Estudo

Para a constituição do grupo de discussão focalizada foi efectuado contacto telefónico a fim de solicitar a colaboração para o estudo. Nesse contacto foi marcada entrevista com a Directora da respectiva Unidade de Serviço de Adopção, a fim de expor em detalhe os objectivos da investigação e a colaboração pretendida.

Na entrevista foi requerida a formalização do pedido, com a metodologia de investigação via e-mail. Este pedido foi favorável e os técnicos participantes foram informados acerca do estudo, procedendo-se à gestão dos pormenores de carácter logístico, necessários à organização do grupo de discussão.

Os profissionais que integraram o grupo de discussão são técnicos das equipas de adopção, que se disponibilizaram a participar. Como aspecto importante a referir, temos a relativa homogeneidade do grupo relativamente a sua função e objecto de intervenção dos

participantes (ver Goldenkoff, 2004), podendo ser uma condição para gerar identificação e integração dos participantes durante a reunião e prevenir a ocorrência de conflitos entre os membros do grupo.

O guião (em anexo N° 2) construído incluiu questões relacionadas com dados demográficos dos entrevistados (idade, formação profissional e anos de experiência na área), seguindo-se questões que facilitavam a discussão das experiências das técnicas nos domínios em que se colocavam os objectivos do estudo.

Participaram no grupo de discussão focalizada, 9 técnicos da equipa de adopções, em 5 de Junho de 2009. O grupo de discussão focalizada foi conduzido por 2 técnicas (alunas do 2º ano do Mestrado Intervenção Comunitária e Protecção de Menores), uma delas com “com baixo envolvimento” como estratégia de ajudar a manter o fio condutor sobre toda a discussão de forma a obter-se “pensamentos organizados” ao nível do conteúdo (Galego & Gomes, 2005).

A realização do grupo de discussão decorreu na sede onde trabalham os técnicos, que podemos descrever como acolhedora e familiar para os técnicos (sala de reuniões de equipa). Por último, refira-se que a discussão teve uma duração de uma hora e trinta minutos.

O corpo de análise deste estudo foi constituído pela transcrição do grupo de discussão focalizada com os nove técnicos da equipa de adopções.

11.3 Análise da Informação Obtida no Segundo Estudo

A análise da informação obtida foi feita da seguinte forma:

- Análise de conteúdo, com o objectivo de identificar as ideias ou unidades de significado presentes no discurso dos técnicos, sobre os temas em discussão (Claude, 2004).
- Análise SWOTs (identificação das forças e fraquezas, oportunidades e ameaças, com base no discurso dos técnicos).

De forma a facilitar a leitura e interpretação dos resultados, a informação foi organizada de acordo com a sequência cronológica com que ela foi surgindo ao longo do grupo de discussão. Algumas das questões que gostaríamos de realçar assumem particular relevo ao longo

da discussão, também por que é importante não desligar os conceitos e dilemas identificados da forma como eles foram surgindo no âmbito da reflexão gerada.

De seguida apresenta-se a análise descritiva dos resultados (Claude, 2004). Os mesmos serão ilustrados por excertos da intervenção dos participantes. Estes foram seleccionados de acordo com a sua representatividade e significância. Não serão apresentadas as frequências, uma que a participação não ocorreu de forma singular, sendo resultado do processo de grupo onde verificamos sobreposições no discurso dos intervenientes.

Tabela 22 - Percepção das Motivações dos Candidatos a Adopção de Crianças de Outra Etnia: Categorias e subcategorias da análise de conteúdo

Categorias	Subcategorias – Argumentos justificativos
Ter um filho	<i>Ter um filho por si só. Não faço distinções relativamente à raça; uma criança é uma criança, eu quero ter um filho, tanto faz que seja branca, preta, amarela.</i> ”. (Participante 8, p. 1, linhas 14 a 17).
Solidariedade/ altruísmo (Candidatos com filhos biológicos e sem filhos)	<i>Já tive meu pequeno egoísmo, já foi mãe, já senti o que é ter uma criança a crescer na barriga e quero ter mais um filho, há tantas crianças que precisam, para mim, faz me todo o sentido conjugar a criação biológica e adoptiva.</i> (Participante 1, p. 5, linhas 86-88). <i>Também há outras questões de solidariedade, eu penso, que isso pode estar sempre presente.</i> (Participante 7, p. 3, linha, 92).
Fazer Parelha, com filhos biológico ou adoptivo já existente.	<i>As vezes já têm uma justificação, é uma segunda adopção, porque já têm um filho que adoptaram de raça negra.</i> (Participante 8, p. 6 linhas, 138-139)
Motivação/ intenção inicial: (influência dos elementos da família alargada)	<i>Mais chegamos à conclusão, que depois que falam os com o casal, prefere uma criança Mestiça e Mulata, ou Mulata clarinha por causa da integração na família alargada. Sei que os meus pais não reagem muito, ou põem algumas restrições. E portanto para facilitar a integração da criança na família alargada, optamos por então restringir ao Mestiço.</i> (Participante 8, p 5, linha 133)

Preferência / motivação encoberta ou pouco transparente	<p><i>Temos aquelas pessoas que dizem: eu aceito uma criança Caucasiana ou mestiça, depois aí é que entramos: Mestiço claro, Mestiço um bocadinho mais escuro.</i> (Participante, 1, p.2, linhas 40-42)</p> <p><i>Pessoas que falam de Caucasiana ou Mestiça que, sabem que é mais rápido, se forem, se não colocarem restrições relativamente à raça, é mais rápidas.</i> (Participante, 1 p.14, linha 360 a 363).</p>
Divergência no casal, relativamente à preferência étnica da criança	<p><i>Se pode dar o caso que, por um deles, quer uma criança de cor e ou outro não é dessa opinião. Normalmente quando é assim, chegam à conclusão e ficam na raça Caucasiana</i> (Participante 3, p 5, linhas 131-134)</p>

Em relação às motivações, os técnicos foram unânimes em apontar as motivações identificadas na tabela acima apresentada, exceptuando uma. Surge a noção da motivação ser uma característica intrínseca, resultante da experiência profissional diferente de uma participante.

“Por acaso eu tinha outra percepção, a questão da raça é muito intrínseca à pessoa, a pessoa que diz um filho para mim é um filho independentemente da raça e sente-o...com calma! Exacto! Não o vejo assim com essa percepção, também somos de diferentes serviços. Uma pessoa quando quer um filho de uma raça diferente, não é por já ter filhos, brancos ou pretos, pronto... para essa pessoa é uma questão intrínseca, é uma criança independentemente da raça, ‘para essa pessoa é uma coisa muito natural’”. (Participante 5, p, 6.linhas 93 a 96).

Os participantes, de forma recorrente e consensual, afirmaram que neste tipo de adopção, os candidatos não fazem distinção relativamente à etnia da criança. No entanto, foi referida a existência de casos onde fazem restrição relativamente à “etnia/cultura cigana”. (*“Temos poucos... há.. há!.. há! (Participante 5, linha 115). Há as duas coisas, negra mestiça, e cigana.* (Participante 4, p. 4, linha 113)”

Outros aspectos importantes de salientar foram indicadores, que servem para identificar a base das motivações e autenticidade das mesmas: (1) consistência no discurso, relativamente à

intenção, durante o processo de avaliação, e (2) alterações de intenção durante o processo, sem justificação, conforme categoria do quadro acima referido.

É importante realçar que durante o debate o conceito de cultura foi referido apenas duas vezes, por exemplo “...e aquilo que diferencia a raça é no fundo, um bocadinho o que falámos aqui, as capacidades de lidar com esses aspectos culturais, até introduzir essa cultura de origem da criança ao dia a dia, apesar de nos termos aqui crianças de raça negra que no fundo, que nasceram cá. (Participante 9., p, 16 linhas 427 a 430).”

Do conteúdo do discurso dos técnicos podemos depreender que estes consideram que existem alguns candidatos que não fazem qualquer distinção relativamente à etnia da criança. Deste modo, a equipa de adopções acaba por atribuir uma criança “negra ou Cigana” a estas famílias (e.g. *”Eu acho que sim, é negra/ mestiça/ cigana; aproveitamos para encaminhar para estas famílias as crianças de outras raças, porque os 90% não tem essa preferência da raça”*; Participante 8, p. 5, linhas, 119 a 121).

A equipa reconhece igualmente que, sendo ao mesmo tempo uma adopção mais célere, a razão da pretensão da adopção esteja relacionada com a celeridade nas adopções quando não se coloca restrição étnica.

Quanto aos critérios de selecção e ou exclusão, os participantes foram unânimes em afirmar que: (1) existem critérios de avaliação gerais, que são aspectos transversais a todas as candidaturas à adopção (*“Porque aparece um bebé de repente de 2 anos, que não tinha; vai ter que saber lidar com isso, que aconteceu, não é seu, nunca a vi de barriga. São aspectos transversais as candidaturas. Depois têm especificidades, por que é a raça ou por outras coisas”*) (2), e existe um perfil específico em função da pretensão do candidato e uma avaliação em função de cada pretensão das questões específicas (*“Acontece com crianças mais velhas, nos temos, avaliamos e falamos sobre outras especificidades, candidatos que querem adoptar fratrias, problemas de saúde, deficiências, de outras raças”*.)

De seguida apresentamos as características pessoais, considerado o perfil dos candidatos a este tipo de adopção, referidas como critérios de selecção e ou exclusão de candidatos.

Tabela 23 - Características dos Candidatos à Adopção de Crianças de Outra Etnia /
Cultura: Categorias e subcategorias da análise de conteúdo

Categorias	Subcategorias – Argumentos justificativos
------------	---

Desejo de ter um filho	<i>Ou seja, a raça não é questão para eles</i> (Participante 8, p. 3, linha 75)
Abertas com capacidade para lidar com diferenças étnicas/culturais	<i>São pessoas muito abertas, Ou seja a raça não é questão para eles.</i> (Participante 7, p. 3, linha 74) <i>As capacidades de lidar com esses aspectos culturais, saber lidar com outra cultura e até introduzir, essa cultura de origem da criança ao dia a dia</i> (Participante 9, p. 16, linha 427 a 430)
Casais que viajam muito ao estrangeiro ou tiveram vivências significativas	<i>Eu acho que o que faz mais sentido é a vivência no estrangeiro, e as nossas famílias quem já viveu alguns anos no estrangeiro e tiveram contacto com outras culturas,</i> (Participante 8, p. 17, linha 474 a 476). <i>Muitas vezes já tiveram no estrangeiro, têm amigos, têm amigas, já tiveram até namorados.</i> (Participante 8, p. 3, linha 78-79).
Candidatos de raça branca	<i>Estou a pensar em candidatos de raça branca, não é raro porque é nossa realidade.</i> (Participante 7, p. 3, linhas 64-65)
Estrato Sócio económico médio alto	<i>As famílias que se candidatam no município de X. Só o que quer dizer que temos uma classe média alta.</i> (Participante 3, p. 17, linhas 462 a 464)

Quanto às características dos candidatos, novamente houve unanimidade. As participantes recorreram à exemplificação de casos, realizando desta forma algumas generalizações que surgem no decorrer da discussão. Ainda assim, houve uma participante que referiu “*A classe média alta não significa maior abertura, quer dizer que entre essa faixa média alta, diz respeito à capacidade económica dos candidatos, o que não significa que tenhamos mais candidatos, com abertura e respeito* (Participante 8, p 18, linhas 469 a 471)”, salientando a possível complexidade da selecção.

Na tabela a seguir apresentamos factores associados ao sucesso, agrupados da seguinte forma: (1) os relacionados com as motivações, (2) os relacionados com as características do candidato, (3) os externos - aceitação da família alargada, amigos próximos (meio sócio familiar), se acordo com o discurso das participantes.

Tabela 24 – Factores Associados ao Sucesso da Adopção

Categorias	Subcategorias – Argumentos justificativos
Respeito pela origem cultural da criança	<p><i>Aceitação da sua história de vida, das suas características, da sua cor de pele.</i> (Participante 1, p 13, linha 347-8).</p> <p><i>São geralmente famílias que têm outro tipo de tolerância, abertura relativamente aos valores culturais</i> (Participante 2, p 7, linha 187-188).</p>
A idade do candidato	<p><i>Lá está, é um casal jovem, é um casal, com ao nível de valores, com uma abertura enorme.</i> (Participante 8, p 13, linha 332- 343).</p>
Motivação real/clareza ao nível do discurso	<p><i>Os casais que dizem: preferencialmente caucasiana, mais pode ser mestiça também; é totalmente diferente estão a ver essas nuances, até ao nível do discurso</i> (Participante 2, p. 7, linha 190-192)</p> <p><i>Nós ficamos com a sensação de, pronto! ...não é assim uma real motivação e um desejo e se calhar uma criança Mestiça não vai ser bem aceite naquela família ou vai colocar algumas questões.</i> (Participante 2, p. 7, linha 199-200)</p>
Capacidade para lidar com preconceitos e ajudar a criança	<p><i>Porque as crianças na escola referem: Tu és negro a tua mãe é branca, uma coisa assim do género, as vezes perante a própria criança e a própria mãe e ela tem que ter, a mãe ou pai, têm que ter capacidades para lidar e para explicar à criança que, ter capacidade para ajudar à criança a lidar com essa situação.</i> (Participante 2, p 8, linha 206 a 209)</p>

Abertura do candidato perante a aceitação da criança no meio sócio familiar	<p><i>Muitas vezes eles estão centrados e não é uma decisão do casal por exemplo: É uma decisão, só minha e não me interessa se os outros aceitam ou não.</i>” (Participante 1, p 7, linhas, 166- 167).</p> <p><i>Se a família aceitar integralmente e se for natural, acho que tudo corre muito melhor em relação à comunidade.</i> (Participante 1, p, 14, linhas, 373 a 375).</p>
Características da criança	<p><i>Porque nos consideramos que a questão da idade, também é importante. Também era grande, para a faixa etária ela própria já era grande, também isso do um bocadinho o nosso sentimento de aquela criança.</i> (Participante 3, p 11, linhas 291-294)</p>

Os factores associados à aceitação da família alargada e da rede social foram salientados uma vez mais. Na reflexão desta variável, os técnicos estabelecem uma correlação directa e causal entre a aceitação/integração da família e a integração na comunidade.

A importância dos candidatos terem consciência das diferenças étnicas e da aceitação da criança com as suas especificidades no meio sócio familiar também foi salientada: *“Por vezes o casal ou os candidatos têm que fazer um trabalho também com a família [alargada] antes de avançarem com a adopção de uma criança de outra raça, porque não sempre têm isso consciente* (Participante 5, p.7, linhas, 171 a 172).

As adopções que não correram de forma positiva estão associadas a: (1) dificuldade em reconhecer-se como mãe de uma criança com características específicas (e.g. *“Isto para mim não me fazia questão nenhuma da raça, para mim é indiferente, mais agora com o contacto dela, sinto dificuldades no sentido de ser mãe desta criança de outra raça”*.) (2), discrepância na motivação quando se trata de casal ou família alargada (e.g. *“Para o senhor era nitidamente indiferente a questão da raça, a senhora tinha mais alguma dificuldade com esta questão da raça”* (Participante 8, p 11, linhas 270 a 273). (3), a idade e o sexo da criança aquando a adopção: (e.g. *“Também é importante referir que era uma menina e uma menina com alguma idade”*. (Participantes 1, p, 11,linhas 286 a 288) *“Não era uma bebé. Porque nos consideramos que a questão*

da idade, também é importante” (Participantes 8, p, 11,linhas 288 a 291) (4), a importância do meio social na integração da criança/ aceitação da família.

Encontramos ainda uma reflexão sobre a representação dos técnicos da realidade actual, resultado do depoimento das famílias, recorrendo ao exemplo: *“Temos a ideia, pensou eu, que é mais fácil integrar crianças de raça negra nas grandes cidades (Participante 4, p 12, linhas, 312-313) Isto, nem sempre há aquela ideia de que nas grandes cidades se tem uma integração melhor, nem sempre, acontece; nos temos muitas famílias fora de X, que aceitam crianças de outra raça. (Participante 4, p 13, linhas, 326ª 327) Lá esta, há relações sociais e de vizinhança que são completamente diferentes nas cidades, aquelas duas crianças foram muito bem integradas na escola, e no meio e as pessoas são solidárias e emocionam-se com aquela atitude e aproximam-se. (Participante 2, p 12, linhas, 334 a 337).*

Tabela 25 - Motivações/ características dos candidatos para a Adopção Internacional

Categories	Subcategorias – Argumentos justificativos
Solidariedade e sensibilidade com problemas sociais de crianças.	<i>A questão de aquelas meninas na China, aquelas meninas, e a todos esses programas onde mostram as meninas que são vítimas de agressões, as pessoas ficam mais sensibilizadas a ficam interessadas em...vamos buscar uma dessas meninas da china. (Participante 5, p 20, linhas 531 a 534)</i>
Sensibilidade e valoração positiva das crianças de outras culturas	<i>É um casal que tem características, de grande abertura, um casal que tinha viajado por muitos países, onde há um respeito pela cultura de cada criança (Participante 8, p 17, linhas 441 a 442).</i>
Garantia da família biológica da criança não estar próxima.	<i>A questão principal é muitas vezes, em termos de adopção não é, o reencontro com a família biológica; mais tarde podem ir a procura dos pais biológicos, indo ao salvador ao Brasil esse risco é muito menor.</i>

(Participante 1, p 20, linhas 542 a 544).

Aceitam outra cultura, mas não outra etnia.

A adoção internacional, a vários países, os americanos por exemplo, não são pessoas abertas à raça negra são pessoas que querem, e continuam com caucasiana o com, a mestiçagem, (Participante 1, p 17, linhas 536 a 539).

A adoção internacional aparece na discussão quando à adoção de crianças de outros países, nomeadamente, China, Tailândia e países de América Latina; em Portugal foi impulsionada através dos meios de comunicação, de acordo com as participantes: *“Todos esses programas onde mostram as meninas que são vítimas de agressões, as pessoas ficam mais sensibilizadas a ficam interessadas em... vamos buscar uma dessas meninas da China”* (Participante 9, p 20, linhas, 5325 a 534).

Surgem questões relevantes, no que toca às características tanto dos candidatos, como motivações, similitudes e diferenças, entre a adoção nacional de crianças de outra etnia e internacional: a) pessoas sensíveis aos problemas sociais das crianças; b) respeito, aceitação e valorização positiva da cultura da criança; c) por vezes não se candidatam a crianças de raça negra, por preconceito racial e aceitam crianças de outra cultura: *“são famílias que, pronto, realmente estão sensibilizados realmente para as questões, mas não são pessoas, por exemplo que aceitassem uma criança de raça negra, pronto, são pessoas que têm alguns preconceitos em relação à raça”* (Participante 8, p 20, linhas, 521 a 524); d) alguns intervenientes falam pouco acerca da adoção: *“ou seja estas pessoas têm dificuldades de falar acerca da sua adoção, as questões da história de vida, sobre as suas origens, o que é que levou ao abandonou ou à retirada. (participante 9, p. 21, linhas 551-555).*

É importante indicar que, relativamente à adoção internacional, as participantes relatam que os adoptantes justificam a escolha com o argumento de não se querem preocupar “com a família biológica das crianças”. Nestas situações, as participantes não consideram um argumento válido e ou aceitável: *“À partida, isso tem que ser muito bem visto e trabalhado com as pessoas é muitas vezes não há adoção. (Participante 8, p. 21, linhas 558 a 559).*

Tabela 26 - Acompanhamento às famílias pela Equipa de Adopção

Categorias	Subcategorias – Argumentos justificativos
Formação as famílias em fase de pré adopção	<i>Este ano, eu tive muitas crianças em pré adopção de raça negra, e como fazemos com as outras famílias também fazemos formação às famílias em pré adopção, mas tentamos juntar as famílias com as mesmas características.</i> (Participante 9, p 21, linhas 568 a 569)
Formação (também) para famílias que adoptaram crianças de raça negra	<i>Fizemos formação com os candidatos, adoptantes que adoptavam crianças de raça negra.</i> (Participante 9, p 21, linhas 571 a 572)
Grupos para partilha de experiências	<i>Muitas vezes chamamos quem já adoptou, para partilhar, realizar mais grupos de auto ajuda.</i> (Participante 8, p 21, linhas 574 a 575)

Quanto aos apoios às famílias, os técnicos apontam o aumento de crianças de raça negra para adopção e em fase de pré-adopção, o que criou a necessidade de integrar os candidatos que pretendiam adoptar crianças de raça negra e as que adoptaram estas crianças.

Na sua generalidade, entendem que não devem ser realizados programas de acompanhamentos específicos para este tipo de adopção e os apoios podem ser prestados pelas equipas de adopção, que anualmente organizam pequenos encontros de partilha de experiências, como foi referido.

Pretendemos, ainda, analisar de forma mais interpretativa a informação recolhida com o grupo de discussão focalizada. Escolhemos a identificação de Forças, Franquezas, Desafios e Oportunidades nesta tipologia de adopção.

Tabela 27 - Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
A motivação como elemento central de avaliação ao candidato	A aceitação da criança no meio familiar pré-requisito para a integração no meio social
Crítérios de selecção específicos para este tipo de adopção, consistente com o modelo ecológico	A atribuição de crianças de outras etnias a candidatos que não fazem restrição, mas não escolhem activamente estas crianças; à partida entendem que estas crianças estarão bem integradas se a família não apresenta restrições
A importância que é dada a integração da criança no meio sócio-familiar	Não há referência a novas tipologias de candidatos à adopção (como monoparentalidade)
Equipa de adopção multidisciplinar	Considera-se que os problemas que surgem em este tipo de adopção são exclusivamente os relacionados com a cor da pele da criança, e as questões culturais, de identidade e relação de vinculação foram pouco valorizadas no debate
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Reflexões dos técnicos a fim de mudar ideias preconcebidas, ancorando novos conhecimentos desta realidade	Alteração da motivação dos candidatos nacionais à procura de celeridade na concretização
A análise ecológica da inserção da criança no meio	Candidatos que recorrem à adopção internacional à procura de celeridade
Análise e percepção dos técnicos da diversidade de candidatos/ complexidade no processo de selecção	Crenças e atitudes restritivas face à adopção internacional
Sensibilidade geral para a importância do	Falta de implementação e análise do conceito

apoio pré-adopção às famílias e a partilha	da diferença cultural neste tipo de adopção
	Falta de acompanhamento às famílias baseadas nas diferenças étnicas/culturais das crianças
	Não se avalia a percepção que o candidato a este tipo de adopção tem acerca da raça, cultura etc.

Partindo da análise da tabela supra, podemos notar que as principais Forças se localizam no modelo de avaliação, legislado para a adopção e ao mesmo tempo enquadrado na orientação das novas tendências da selecção de candidatos para a adopção em geral. A análise da motivação encontra-se interligada ao modelo ecológico. Outro aspecto importante parece ser a equipa multidisciplinar como uma mais-valia a nível da análise, avaliação e acompanhamento.

Identificamos como Fraquezas/ Ameaças, a tendência para generalizar critérios de selecção da adopção, tanto ao nível da avaliação como no processo de acompanhamento e integração da criança no meio familiar. Contudo, encontra-se no discurso dos técnicos o reconhecimento de que a selecção para adopção inter-étnica é um processo complexo. Constitui-se uma Ameaça criada pelo próprio sistema a (ausência de) celeridade na avaliação dos candidatos até a concretização da adopção, que conduz por vezes a motivações encobertas, inadaptação da criança adoptada em pré-adopção à família, e a vulnerabilização da própria criança. Por último, consideramos que importa referir a ameaça constituída pela própria percepção dos técnicos de pouca confiança e descrença na motivação do candidato que opta pela adopção internacional, resultante do desejo de não querer contacto com a família de origem da criança.

As Oportunidades que podemos identificar como relevantes são as reflexões que surgiram durante a discussão onde são identificadas ideias acerca do meio social como facilitador da integração da criança (e.g. “*grande cidade*”). Ainda, as equipas reconhecem a complexidade da adopção, relacionando a complexidade a uma análise ecológica desta matéria e estão sensíveis, de uma forma geral, à importância do apoio pré-adopção às famílias e a partilha.

12. SINTESES E RESULTADOS DO SEGUNDO ESTUDO

As nove técnicas das equipas de adopção que participaram no grupo de discussão focalizada são na totalidade de sexo feminino, com uma média de experiência profissional nesta área de cinco anos e meio, com uma média de idade de quarenta e um anos. Quanto à formação académica, o grupo está representado por profissionais maioritariamente de psicologia e serviço social.

Os técnicos, de uma forma geral, identificaram diversas motivações/preensões dos candidatos à adopção de crianças de outra etnia. No entanto, parecem encontrar-se quase sempre subjacentes motivos de solidariedade. Encontramos na literatura, este tipo de motivação está relacionado com casais que adoptam por outro motivo que não a infertilidade (Brodzinsky, Smith & Brodzinsky, 1998).

Quando se trata de verificar a consistência da motivação e a viabilidade para este tipo de adopção específica, as participantes encontram famílias com filhos biológicos e/ou adoptivos, que com outra adopção que pretendem “emparelhar” com o filho já existente, não se encontrando na literatura consultada esta motivação específica. Outros tipos de candidatos referidos são os que apresentam um discurso inconsistente entre a motivação expressa aquando da candidatura e a real motivação; candidatos que não fazem restrição étnica à procura de celeridade na concretização da adopção; motivações encobertas; divergências entre o casal quanto à etnia da criança. Salientamos que a literatura, neste domínio, alerta para importância de motivações emocionalmente sãs, afim de não prejudicar a criança (Lindholm & Touliastis, 1997, cit in Zurita, J. F., & Martí, P. A. 2005).

Quanto aos factores que consideram importantes para o sucesso na adopção, as participantes listaram as características inerentes aos candidatos e as externas, família alargada, rede social e comunidade onde está inserida a família, bem como as características da criança no respeitante à idade aquando a adopção e o sexo. Estes indicadores são avaliados pela equipa e o sucesso ou insucesso da adopção estão relacionados com a existência ou não do perfil/ características já estabelecidas para este tipo de adopção, com base na sua experiência profissional. A complexidade da própria adopção é percebida pela equipa. No entanto, a

especificidade deste tipo de adopção parece ser encarada de modo igual a outras pretensões com as suas especificidades.

De acordo com a literatura neste domínio, sabemos que a adopção é um processo complexo, o qual coloca uma serie de desafios aos adoptantes, tornando a família adoptiva diferente da biológica (Brodzinsky, 1990, cit in Mateus & Relvas, 2007). Ainda, na especificidade das famílias inter-étnicas, encontramos na literatura estudos que verificam as dificuldades no desenvolvimento da identidade étnica nas crianças, stress nos pais, etc (Simon & Alstein, 1977, cit in Fensbo,C, 2003), que faz com que este tipo de adopção tenha uma selecção fina e acompanhamentos tanto ao nível da família adoptiva como o seu meio envolvente (rede social e comunidade em geral).

No que diz respeito à adopção internacional, os técnicos consideram que existem candidatos com preconceitos relativamente a crianças negras. Na literatura Americana, contrariamente, não identificam este tipo de preconceito nos adoptantes. Relativamente à adopção de crianças negras por famílias brancas, estudos realizados no Reino Unido encontraram hostilidade dos envolvidos no processo de adopção contra os próprios pais adoptantes por considerar que a diferença étnica cria confusão na identidade e identificação confusa com outros grupos raciais (Russell, 1995, cit in Howell, 2001). E nos Estados Unidos da América, existem estudos de adopção de crianças negras por pais brancos, e alguns resultados apontam para a possibilidade de problemas de identidade e auto-estima das crianças adoptadas. Estes eventuais problemas constituem o fundamento para o desenvolvimento de programas de apoio aos pais e às próprias crianças nas questões relacionadas à aculturação, identidade étnica, gestão do racismo e discriminação (Grotevant, 2008).

13. DISCUSÃO GERAL E CONCLUSÕES

Propusemo-nos neste trabalho perceber as motivações e experiências de um grupo de famílias Portuguesas que adoptaram crianças de etnia /cultura diferente da sua. Através do seu relato, exploramos e analisamos a integração da criança na família e no seu meio sócio-familiar. Por outro lado, pretendemos discutir as representações de técnicos de equipas de um serviço de adopção, cujo papel ao nível da selecção, avaliação e acompanhamento às famílias é de crucial importância neste processo. Desta forma, estes dois estudos permitiram conhecer esta realidade nestas duas perspectivas. Devido à natureza das amostras, os resultados obtidos nesta investigação não são generalizáveis à população. Contudo, considera-se que estes estudos qualitativos salientam algumas questões importantes para a reflexão sobre estas famílias e as práticas dos técnicos.

Após a pesquisa teórica, considerou-se que, para atingir os objectivos, teríamos de descrever a forma como foi realizado o processo de adopção na perspectiva das famílias. Neste sentido, orientou-se as entrevistas e a análise do discurso de cada família no sentido de identificar motivações e o processo de inserção da criança na família e no meio. Segundo a literatura, era de esperar que as famílias identificassem o processo dinâmico de construção da família adoptiva e a complexidade do seu ciclo vital (Brodzinsky, 1990, cit in Mateus & Relvas, 2007).

Verificamos que as famílias em estudo relatam não ter escolhido, activamente, ser inter-étnicas. Não encontramos nas famílias esta motivação específica, mas antes a indicação de não especificação da etnia da criança a adoptar. No entanto, o facto de não colocar restrição quanto à etnia/ cultura, a probabilidade de ter uma criança com características étnico-culturais diferentes às do candidato é maior. Quando comparamos a pretensão dos candidatos a nível nacional, no período de seis anos (2003-2008), 18.98 % pretendiam crianças de outra origem étnica e 10.56% não manifestaram qualquer pretensão, enquanto a maioria 74.4 % pretendiam crianças brancas.

No grupo de famílias estudadas, encontramos que estas famílias têm filhos adoptivos de origem Cabo-Verdiana, e a maioria deles tiveram medida de promoção e protecção em meio institucional os primeiros anos de vida. Um grupo minoritário é constituído por crianças de adopção internacional. Na integração das crianças tanto no meio familiar, como família alargada, bem como na reacção do meio mais próximo à criança, estão presentes atitudes de discriminação e por vezes racismo. Quanto à própria criança, há manifestações de sofrimento

relatadas pelos pais e mães, face à consciencialização das diferenças entre elas próprias e a família, bem como a diferença da sua família com as restantes. Em contraste, no que toca ao meio escolar, já existem experiências de integração da criança no meio escolar.

Estudos internacionais corroboram estes padrões identificados pelas famílias tanto ao nível do impacto das diferenças étnico-culturais nas crianças, como a reacção discriminatória do meio (Howell, 2001, cit in Bertard & Marre, 2004). Este resultado permite-nos reflectir sobre a complexidade e especificidade do processo adoptivo inter-étnico. Para além da dificuldade que estas famílias sentem na já difícil tarefa e desafios inerentes à função familiar e à experiência enquanto família adoptiva, ainda enfrentam o preconceito racial. A literatura revela que estes factos têm levado à implementação de serviços específicos de pós-adopção e programas de apoio a estas famílias específicas (Zurita, J. F., & Martí, P.A. 2005).

No entanto, as famílias a este respeito não reportam a existência destes apoios e apontam para a necessidade tanto para os filhos como para os pais (nomeadamente de grupos de inter-ajuda). Mais ainda, de acordo com estudos internacionais (e.g. Grotevant, 2008), as famílias adoptivas inter-étnicas beneficiam de apoio na socialização cultural das suas crianças, bem como na socialização racial. Esta aprendizagem requer a consciencialização de todos (técnicos e elementos da família) do papel da cultura e a função da origem étnica no desenvolvimento da identidade pessoal e familiar. Em contraste, as equipas do serviço e as famílias que acabam por acolher crianças ciganas e negras parecem funcionar na assumpção de que “não há diferenças” e “o que eu quero é uma criança porque são todas iguais”, consistente com um estágio de inicial de desenvolvimento de competências inter-culturais (Moleiro, 2010). Esta hipótese é consistente com a ausência ou fraca formação que é dada no ensino superior em Portugal às competências para a diversidade individual e cultural aos profissionais de saúde, educação e sociais, ao contrário de outros países onde foram desenvolvidas orientações éticas e de formação (e.g. E.U.A.).

Do ponto de vista legal, desta forma, uma das principais funções da adopção estará posta em causa, quando se entende que a adopção confere à criança um lugar numa família, cumprindo uma importante função social, eliminando o efeito estigmatizante resultante no nascimento fora de uma família (Bolieiro, H. & Guerra, P. 2009).

Comparando os resultados do segundo estudo, encontramos que uma das tarefas dos técnicos responsáveis pela selecção de candidatos é a atribuição das crianças, não sendo tarefa fácil por várias razões: (1) a complexidade desta matéria, onde há candidatos com características, histórias de vida, motivações diversas e (2) a criança, que tem uma historia de vida marcada pelo abandono, negligência, maus tratos, abusos, que se encontram a espera de ter uma família.

Quanto à percepção dos técnicos acerca das motivações dos candidatos adopção de crianças de outra etnia, no processo de selecção encontramos especial relevância na avaliação das motivações/ pretensão como parte do processo de selecção. Contudo, internacionalmente, as novas tendências da adopção perspectivam uma mudança de paradigma, para uma maior participação dos candidatos com vista a uma auto-selecção, confrontando expectativas com a realidade e avaliando os recursos pessoais para fazer face as tarefas da adopção (Zurita, J. F., & Martí, P. A. 2005). No entanto, os técnicos do estudo não referem a utilização deste procedimento, mas antes entrevistas de avaliação psicológica e social, de acordo com o critério geral para qualquer tipo de adopção e avaliando dentro de cada candidatura e pretensão o perfil predefinido. Encontramos, no discurso dos técnicos, algum afastamento no que toca as especificidades da adopção de uma criança de outra etnia, bem como do acompanhamento específico a estas famílias (em particular, no que toca a adopção internacional). Estes dados vão de encontro à literatura que enfatiza a importância ética e científica do desenvolvimento de competências para a diversidade individual e cultural, já referidas (Moleiro, 2010). Ainda assim, os técnicos reconhecem as encruzilhadas que o próprio sistema coloca aos candidatos e às crianças quando recorrem à adopção de crianças de outra etnia, por vezes à procura de celeridade na adopção internacional, sem consciência da mudança que ocorrerá na natureza das suas famílias.

Finalmente, é importante reflectir acerca da forma como a prática da adopção está a ser construída e interiorizada na sociedade Portuguesa. Se a experiência de adopção destas famílias com crianças de outra etnia/cultura são, de alguma forma, extensivas ao universo de famílias adoptivas com estas especificidades, e se as práticas dos técnicos apresentam os constrangimentos e dilemas referidos, seria importante integrar novos conhecimentos e interiorizar novos elementos na prática.

14. LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

Apesar de reconhecer os contributos do presente trabalho, várias limitações precisam de ser salientadas igualmente. Deste modo passo a descrever os aspectos que, de alguma forma, condicionaram os resultados encontrados ao longo da elaboração desta pesquisa e a fazer as recomendações para a realização de futuros trabalhos.

A principal limitação do trabalho refere-se à dimensão e representatividade das amostras dos dois estudos. Assim, no que se refere às famílias, elas são em pequeno número, comparando com o universo de possíveis famílias, com diferentes elementos da família, idades e origem das crianças, etc. Também as equipas que participaram no estudo eram do mesmo serviço e constituíram um grupo pequeno. Uma outra limitação que pode ser apontada prende-se com a não independência da investigadora da própria realização das entrevistas e sua transcrição e análise, não tendo sido possível a existência de análise por um juiz independente (para avaliação do índice de consistência entre juízes). Uma limitação final prende-se com a complexidade deste tema e do seu estudo num contexto que se pretendeu o mais naturalista possível. O ganho que isso representou do ponto de vista da validade externa e ecológica constituiu uma diminuição da validade interna, uma vez que não foi (ou é) possível num estudo desta natureza controlar todas as variáveis que possivelmente têm impacto nas experiências dos participantes.

Ainda assim, parece-nos que o estudo apresentado constitui um ponto de partida para futuras investigações neste domínio no nosso país. Parece-nos importante a realização de estudos comparativos entre famílias com filhos biológicos e adotivos e famílias que têm filhos unicamente através da adopção. Ainda, variáveis como a idades dos filhos a quando a adopção e tempo de adopção na família e a origem da criança parecem-nos importantes de analisar, bem como outras tipologias de família como as monoparentais. Finalmente, uma área de investigação futura pode ainda ser a referente aos factores e indicadores de integração da criança no meio familiar alargado e ao meio social, incluindo a pertença a equipamentos de lazer, grupos sócio culturais ou desportivos.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M (2002). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Serviço Social de Lisboa.
- Amaro, F. (1992). *Aspectos Sociológicos da Adopção em Portugal: Estudo Exploratório. Cadernos do CEJ*. Lisboa: Centros de Estudos Judiciários.
- Amorós, P., Fuertes, J. (2000). La adopción hoy. En P. Amorós y P. Ayerbe (eds.) :Intervención educativa en inadaptación social. Editorial Síntesis, Madrid, 167 -196.
- Anderson, S. et al (1994). *Normal processes in adoptive family*. in F. Walsh (Ed.),Normal family processes. New York/London, The Guilford Press.
- Aumend, S. A. & Barret, M. C. (1984) Self-concept and attitudes toward adoption: A comparison of searching and non-searching adult adopters. *Child Welfare*, 63, 251-259.
- Bestard, J. & Marre, D. (2004). Quien soy, entonces? Perspectiva de los Adoptados transnacionales Acerca de la Identidad y de la Etnia. In Howell. S (ed.), *La Adopción y el Acogimiento* (Cap. 3.4 e 8). Editorial: Universitat de Barcelona.
- Bolieiro, H. & Guerra, P. (2009) *A Criança e Família - uma Questão de Direito (s)*. Coimbra Editora.
- Brodzinsky D, M, Smith D. W., & Brodzinsky, A.B H. (1998). *Children´s adjustment to adoption*. Thousand Oaks: Sage.
- Brodzinsky, D, et al.(1992). *Being Adopted: The lifelong search for the self*. New York Doubleday.
- Brodzinsky, D. M., Schechter, M. D., & Henig, R. M. (1992). *Being adopted: The lifelong search for self*. New York: Anchor Book.
- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 37, 949-979.
- Cunha, M. (2005). Adopção: Aspectos Psicológicos e legais. In E. Sá, M. Sottomayor, I-Rosinda &M. Cunha (Eds), *Abandono e Adopção* (pp. 143 -202). Coimbra: Almedina.

- Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos Ideias, Práticas e Significados. As funções (Simbólicas) dos Filhos nas Famílias Portuguesas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Diniz, J. S. (1993). *Este meu filho que eu não tive – Adopção e seus problemas*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Fensbo, C. (2003). Mental and behavioural outcome of inter-ethnic adoptees: A review of the literature. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13, 55-63.
- Fryba, M. (1995). Czech social scientist's representations of phenomenon "social Representations". *Papers on Social Representations - Textes sur les Représentations Sociales*, 4 (2), 1-7.
- Galego, C. & Gomes, A. (2000). Emancipação, Rupturas e Inovação: O "Focus Group". Como instrumento de investigação. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 173-184.
- Gameiro., J.(1992). *Voando sobre a Psiquiatria*. Porto, Edições Afrontamento.
- Gill, R. (2004). Análise de Discurso. In M. Bauer & J. Gaskel (Eds.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (3ª Edição). Petrópolis: Editora Vozes (Obra original publicada em 2000).
- Goldenkoff, R. (2004). Using focus groups. In J. S. Wholey, H. P. Hatry, K. E. Newcomer (Eds.), *Handbook of Practical program Evaluation* (2nd Edition; pp. 340-362). S. Francisco, CA: John Wiley & Sons.
- Grotevant, H. (2008). *O Desenvolvimento da Criança e a Adopção*. Comunicação apresentada no 1º Congresso Internacional de Adopção, organizado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, do Instituto da Segurança Social I.P. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 19 e 20 de Novembro.
- Hualde, J. J. (1979). *La Adopción del Proprio Hijo Natural Reconocido*. Aranzadi, Pamplona.
- Howell, S. (2001). *Self-conscious Kinship: Some contested values in Norwegian transnational adoption*. *En relative values: reconfiguring kinship studies* (eds) S. Franklin and S McKinnon. 203 – 223. Durham & London: Duke University Press.
- Jodelet, D. (1989). *Les représentations sociales*. Paris: PUF.
- Lansford, J. E., Ceballo, R., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2001). Does Family Structure matter? A comparison of adoptive, two-parent biological, single –mother, and stepfather, and stepmother households. *Journal of Marriage and the Family*, 63, 840-851.
- Lanz, M. Iafrate, R. Rosnati, R. & Scabini, E. (1999). Parent-child communication and

- adolescent self-esteem in separated, intercountry adoptive and intact non-adoptive families. *Journal of Adolescence*, 22, 785-794.
- Mateus, G., & Relvas, A.P (2007). Adopção e parentalidade. In .A. P. Relvas & M. Alarcão (Coords.), *Novas Formas de Família* (pp. 121-145). Coimbra: Quarteto.
- McRoy. R. G., Zurcher,LA. Landerdale., M. L. & Anderson, R. N. (1982), *Self esteem and racial identity in transracial and inracial adoptees*. *Social Work* 27, (522- 526).
- Minuchin, S. FISHMAN, C, H. (1981). *Family Terapy Techniques*. Cambridg, Harvad University Press.
- Moleiro (2010). *Para Quê Falar de Intervenções Sensíveis à Diversidade? Da invisibilidade e discriminação à promoção do bem-estar*. Apresentação no Colóquio Bem-estar na Diversidade, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Morant, N. (2006). Social representations and professional knowledge: the representation of mental illness among mental health practitioners. *British Journal of Social Psychology*, 45, 817-838.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Oliveira., C. F. (2007). *Para Além do Sangue: Representações e Práticas dos Decisores de Adopção*. Tese de Mestrado em Sociologia, Lisboa. ISCETE.
- Ramião d´Almeida, T. (2009). *Organização Tutelar de Menores, anotada e comentada, Jurisprudência e Legislação Conexa* (8ª edição). Lisboa: Quid Juris.
- Relvas, A. P. (2000). *O Ciclo Vital da Família, Perspectiva Sistémica* (2ª Edição). Porto: Afrontamento.
- Sá Gomes, R. (1994). O novo regime da adopção, in *Temas de Direito da Filiação*. Lisboa: Associação Académica da faculdade de Direito de Lisboa.
- Selman, P. (2005) *Trens intercountry Adoption 1998-2003: A demographi analysis.Paper presented at the First Global Conference on Adoption Research*. Copenhagen, Denmark.
- Sorosky, A. et al. (1984). *The Adoption Triangle*.New York, Madison Books.
- Sotto Mayor, M. C. (2004). A nova lei da adopção. *Direito e Justiça*, XVIII (II), 241-249.
- Sousa, A. T. (2000). *Como se fora Seu Filho: representações da família e do parentesco em processos de adopção em Portugal*, Tese de Mestrado em Antropologia, Lisboa: ISCTE.
- Vala, J. (2000). Representações Sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J

- Vala & M. B Monteiro (Eds). *Psicología Social* (7ª Edição). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (2001). Análise de Conteúdo. In Silva S. A. & Pinto, M. J., *Metodologia das Ciências Sociais* (11º Edição). Porto: Edições Afrontamento.
- Van IJzendoorn, M. .H. &, Jufer, F. (2007). Adoptees Do Not Lack Self- Esteem: A Meta –Analysis of Studies on Self Esteem of Transracial, International, and Domestic Adoptees. *Psychological Bulletin*. 133(6), 1067- 1083.
- Verrier, N. (2007). *Compreender a Criança Adoptada*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Vieira, R. (1999). *Ser Igual, Ser diferente, Encruzilhadas da Identidade* (2ª Edição). Porto: Afrontamento.
- Zurita, J. F. & Martí, P. A. (2005). *Teoría e Practica de la Adopción*. In J.P. Ochotorena & M.I.A. Madariaga (Eds), *Manual de protección infantil* (pp. 471- 518). Barcelona: Masson.

ANEXO Nº1



Mestrado Intervenção Comunitária e Protecção de Menores

GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PAIS

Saudação / Apresentação

No âmbito do trabalho de Investigação da tese de Mestrado, pretendo conhecer a sua opinião, sobre um conjunto de aspectos relacionados com a experiência da adopção.

No primeiro momento peço-lhe a informação relativa aos dados demográficos. De seguida, passaremos à entrevista, que será, gravação de áudio, de forma a facilitar a transcrição fiel entrevista que facilitará a análise da mesma.

Lembro-lhe que a suas respostas são confidenciais e que não existem respostas certas ou erradas, mais desejáveis ou menos desejáveis.

A sua participação na Investigação é totalmente voluntária, sendo assegurada a confidencialidade e anonimato de seus dados pessoais e resultados

ADOPÇÃO INTER ETNICA

Parte I Dados Demográficos do Agregado Familiar

Data da entrevista (dia/mês /ano):----/-/--/ ----

Nº-----

Residência familiar _____

Dados Demográficos dos Pais / entrevistado

Data de Nascimento do Pai:/...../..... Mãe:/...../.....

Grupo Étnico:----- Qual? _____

Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/> União de Facto. – Outro _____
--

Grau de Escolaridade:.....

Data de Nascimento da Mãe/Pai Ano _____ Mês _____ Dia _____
--

Grupo Étnico:..... Qual? _____

Estado Civil: <input type="checkbox"/> Solteira <input type="checkbox"/> Casada <input type="checkbox"/> Separada <input type="checkbox"/> Divorciada <input type="checkbox"/> Viúva <input type="checkbox"/> União de Facto. Outra -----
--

Grau de Escolaridade: _____

Tipologia familiar: _____

Situação Sócio Económica:

Rendimento Mensal _____ € Encargos por aluguer de habitação: _____

Habitação _____ Própria _____ Alugada _____ Outra _____

Tipologia da Habitação Moradia: _____ Apartamento

_____ Outro _____

Composição do Agregado familiar Actual

Parentesco	D.N	Escolaridade	Profissão	Naturalidade
Mãe				
Pai				
Filh				
Filh				
Filh				
Filh				

Parte II Temas da Entrevista

1. Em que momento de Vs vidas surgiu a ideia da adoção?
2. Como e em que momento de V vidas surgiu a ideia da adoção uma criança de outra etnia?
3. Quais as motivações para a adoção de uma criança de outra etnia/ cultura?
4. De que forma, se alguma, pensam que a adoção de uma criança de etnia diferente dos pais é diferente da adoção de uma criança da mesma etnia (do ponto de vista da vossa experiência de família)?
5. Como vos parece ser a percepção que o vosso filho tem da diferença e como se sente acerca da mesma?
6. Uma vez que a adoção multi-étnica é mais visível do que a de crianças da mesma origem dos pais adoptivos, como falam acerca dessa diferença e das origens da criança(família biológica, cultura
7. Como se reagem os outros elementos da família perante as diferenças físicas e culturais de V. Filho?
8. Como são vivenciadas pela família as diferenças do filho a nível do grupo de amigos, escola, família alargada? (Como foi a integração escolar?)

Parte. IV. Agradecimento pela colaboração/partilha e tempo dispendido

ANEXONº 2

GUIÃO DO GRUPO DE DISCUSSÃO

Saudação/ Apresentação;

Bom dia a todas, o meu nome é Cristina Carvajal e a minha colega é Vera Reis, quem vai colaborar na elaboração deste trabalho, estamos no segundo ano do Mestrado em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores, do ISCTE. Para a conclusão do segundo ano temos que elaborar a tese. No meu caso, escolhi estudar a adopção Inter Étnica, para o estudo e análise do tema, entendemos que importante ouvir as Vs. opiniões e experiência profissional acerca deste tema.

Aquilo que aqui for falado, será usado exclusivamente para os objectivos do estudo, sendo mantido a anonimato das fontes e a confidencialidade do conteúdo deste Grupo de discussão; para facilitar a recolha da informação, será realizada a gravação de áudio, a fim de facilitar a fiel transcrição.

Parte I Trajecto formação profissional

1. Antes de colocar as questões a discussão. Gostaria de conhecer qual a sua formação de base e tempo de serviço na equipa de adopções.?
2. Quais as Vs. Idades?
3. Qual a Vs. Formação de base.

Parte II. Temas a Discussão

1. Quais são as motivações dos candidatos à adopção de crianças de outra etnia?
2. Existe algum critério de selecção (inclusão ou exclusão) para candidatos a adopção de crianças de outras etnias? Se sim, quais? Se não, quais consideram que deveriam existir?
3. Da vossa experiência, quais os aspectos que consideram determinantes nas adopções de crianças de etnia diferente dos pais adoptivos bem sucedidas?

4. Quais consideram serem os factores facilitadores e quais os que puderam dificultar a adopção de crianças de outra ética? –
5. Qual é o acompanhamento as famílias adoptivas multiétnica pós adopção e durante quanto tempo?
6. Existem algumas características ou necessidades especiais que identifiquem neste acompanhamento as famílias adoptivas?
7. Existem serviços de apoio a este tipo de famílias?

Parte III Agradecimentos, pela colaboração e tempo dispensado

ANEXO Nº 3

Curriculum vitae

Informação Pessoal

Nome Completo	Isabel Cristina Varón de Carvajal		
Sexo	Feminino		
Documento de Identificação	B.I nº 14415045		
Data de Nascimento	08/01/60		
Nacionalidade	Portuguesa		
Morada	Cascais	Localidade:	
Distrito	Rua das Romãzeiras nº 191, R/Ch Esqº Freguesia: Cascais	Código Postal:	
Telefones	2750 479		
E –mail	Lisboa		
Carta de Condução nº	214821482	Telemóvel:	
	969231342		
	Kiki6044gmail.com		
	L-1434683 0		
			Apta para a Categoria: B

Habilitações literárias e profissionais.

Aperfeiçoamento de competências

Datas	Janeiro de 1983 a Março de 1987
-------	---------------------------------

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

Nome e tipo da organização de ensino ou Formação	Faculdade de Trabajo social da Universidad Externado de Colômbia – Bogotá Trabalhador Social (Licenciatura)
Designação Atribuída	
Data	Junho de 2005
Nome e tipo da organização de ensino ou Formação	Faculdade de Ciências Humanas Universidade Católica Portuguesa Licenciada: Serviço Social
Designação Atribuída	Equivalência
Principais disciplinas/competências profissionais	Intervenção Social e Comunitária – Teorias Sociais – Intervenção Acção Intervenção Social com Família e Menor - sociologia da família e o Menor Intervenção Social na área da Psiquiatria – Psicologia e Psicopatologia Intervenção Social Empresarial Direito do Trabalho e Sociologia do trabalho Métodos de Investigação
Datas (de – até)	20 de Abril de 2009.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE- Formação – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa Post- graduação De Outubro de 2007 a Setembro de 2009 Mestrado em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores Em Elaboração da Tese.
Principais disciplinas/competências profissionais	Métodos de investigação em Psicologia Comunitária Psicologia Social Comunitária; Legislação, Organização e Competências, dos Serviços de Intervenção Social e Protecção de Menores; Equipas de trabalho em contexto de Intervenção Social. Diversidade dos Conhecimentos e Dinâmicas Identitárias: Relação entre Leigos e Técnicos; Intervenção Comunitária em Minorias Estigmatizadas; Definição, Sinalização e Avaliação de Crianças em situação de mau trato e negligência; Avaliação e Intervenção de Crianças em Situação de Risco. Avaliação e Intervenção em Famílias em Risco; Modernidade Pedagógica e História da Crianças Institucionalizada em Portugal (1780-1960); Adopção, Acolhimento Familiar e Residencial e Desenvolvimento de Crianças; Método Avançado de Análise de Dados; Avaliação e Intervenção no Abuso Sexual de Menores; Concepção, Coordenação e Avaliação de Projectos; Processos de Ajustamento, Pessoa – Organização; Seminário de Investigação e Dissertação de Mestrado em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores.
Designação da qualificação atribuída	Mestrado Intervenção Comunitária e Protecção de Menores
Classificação obtida	(Em Elaboração da Tese).

Formação Complementar

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

Grau de Habilitação Académica	Indicar a última habilitação académica obtida com um X	Ano de conclusão
5º ano de escolaridade *	<u>Escuela Primaria Anexa</u>	12/1977
Entre o 6º e o 9º anos de escolaridade (inclusive)*	<u>Colégio Nacional de San Simón</u>	02/1978
Entre o 10º e o 11º anos de escolaridade (inclusive) *	<u>Colégio Nacional de San Simón</u>	
12º ano de escolaridade	<u>Colégio Nacional de San Simón</u>	12/1982
Bacharelato		
Licenciatura	<u>X</u>	03/1987 Equivalência 21/06/2005
Mestrado	<u>ISCETE -IUL</u>	Elaboração da tese
Doutoramento		
Outro (indicar qual)	<u>ISCETE IUL - Pos graduação</u>	Intervenção Comunitária e Protecção de Menores

Diplomas de Especialização ministrados por Estabelecimentos de Ensino Superior	Mestre em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores	ISCETE UL - Lisboa	10/2007. 09/ 2009
Outro Formação Profissional de Nível IV Acção Nº130107092001001 2007	Curso de Formação Inicial dos Técnicos “ Reforços das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens”	Instituto da Segurança Social, L.P.	26/11/2007 a 04/07/2008
Formação Profissional Acção	Gestão de	Instituto da Segurança Social, L.P.	14/05/2008 a 16/05/2008

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

Nº100208020001004 2008	Qualidade de Intervenção e Informatização do PPP.	Instituto de Informática, I.P – do Ministério do trabalho e da Solidariedade Social	Entre 25/02/2008 e 30/03/2008
Formação a Distância (E-Learning)	CPCJ- Conhecer a Aplicação	Instituto de Informática, I.P – do Ministério do trabalho e da Solidariedade Social	

Grau de Habilitação Académica	Indicar a última habilitação académica obtida com um X	Ano de conclusão
5º ano de escolaridade *	<u>Escuela Primaria Anexa</u>	12/1977
Entre o 6º e o 9º anos de escolaridade (inclusive)*	<u>Colégio Nacional de San Simón</u>	02/1978
Entre o 10º e o 11º anos de escolaridade (inclusive) *	<u>Colégio Nacional de San Simón</u>	
12º ano de escolaridade	<u>Colégio Nacional de San Simón</u>	12/1982
Bacharelato		
Licenciatura	<u>X</u>	03/1987 Equivalência 21/06/2005
Mestrado	<u>ISCETE -IUL</u>	Elaboração da tese
Doutoramento		
Outro (indicar qual)	<u>ISCETE IUL - Pos graduação</u>	Intervenção Comunitária e Protecção de Menores

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

Diplomas de Especialização ministrados por Estabelecimentos de Ensino Superior	Mestre em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores	ISCETE UL - Lisboa	10/2007. 09/ 2009
Outro Formação Profissional de Nível IV Acção N°130107092001001 2007	Curso de Formação Inicial dos Técnicos “Reforços das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens”	Instituto da Segurança Social, L.P.	26/11/2007 a 04/07/2008
Formação Profissional Acção N°100208020001004 2008	Gestão de Qualidade de Intervenção e Informatização do PPP.	Instituto da Segurança Social, L.P.	14/05/2008 a 16/05/2008
Formação a Distância (E-Learning)	CPCJ- Conhecer a Aplicação	Instituto de Informática, I.P – do Ministério do trabalho e da Solidariedade Social	Entre 25/02/2008 e 30/03/2008

Datas (de – até)	De Setembro de 2001 até Setembro de 2003
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar
	Modelos Teóricos de Intervenção Sistémica Terapias breves Supervisão
Carga Horária	200 Horas
Data	26 e 27 de Novembro de 2009
Nome	Prevenção de Abuso sexuais em Crianças Centro de Estudos Judiciários
Local	
Data	28 e 29 de Novembro de 2008.
Nome	I Congresso Internacional de Adopção
Local	Fundação Carlouste Gulbenkian -Lisboa.
Data	29 de Setembro 2008
Nome	Seminário Internacional, Jovens Problemáticas e Desafios
Local	Instituto Português da Juventude – Lisboa
Data	23 e 24 de Maio de 2008
Nome	Seminário Direitos das Crianças e Intervenção (Organizador: Casa Pia de Lisboa)
Local	Centro de Estudos Ismail - Lisboa
Data	Maior de 2009 /Outubro de 2008
Nome	Encontros Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens: O Direito da Criança a Ter uma Família / Direitos da Crianças e sua Concretização Desafios para uma Intervenção Integrada
Local	Lousa / Leiria
Data	14 a 16 de Junho de 2007
Nome	Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes
Local	ISSS de Porto Porto
Data	23 e 24 de Abril de 2008
Nome	Seminário, Direitos das Crianças e Intervenção
Local	Casa Pia de Lisboa

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

Data	28 de Junho de 2008
Nome	Conferência, “ Acompanhamento e Avaliação de Percursos de Inserção”
Local	Universidade Católica Portuguesa - Lisboa
Data	Outubro a Dezembro de 2005
Nome	Curso de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
Local	Centro de Emprego de Cascais
Data	Fevereiro de 2005
Nome	Workshops: Família Enlutada
Local	Lisboa
Data	Julho 2004
Nome	Terapia de Casal
Local	Montemor. o Novo
Data	3 e 4 de Abril de 2003
Nome	Conversas Terapêuticas com Famílias
Local	Lisboa
Data	De 23 e 25 de Maio de 2003
Nome	Simpósio: "Para uma Efectiva Implementação dos Direitos Sociais Em Europa" Comité International Council on Welfare-CPCISS- Com ICSW Região Europa
Local	Lisboa
Data	8 e 9 de Maio de 2001
Nome	Seminário: Excluídos, Orientar e Consolidar Futuros
Local	Associação para a Cooperação, Intercambio e Cultura Lisboa
Data	27 e 28 de Novembro de 2000
Nome	Curso: Ética Profissional, Direitos Humanos e Responsabilidade Social.
Local	Lisboa
Data	3 e 4 de Abril de 2003
Nome	Fórum: "Promoção da Saúde nas Pessoas que se prostituem e em outros Grupos de Exclusão Social Sub-região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
Local	Lisboa
Data	27 e 28 de Novembro de 2000

Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio

Nome	IX Congresso Estatal de Diplomados em Trabalho Social e Assistentes Sociais
Local	Santiago de Compostela - Espanha
Data	Junho 2000
Nome	Seminários: Rede Social Painel de Inserção no Âmbito do Emprego 18. 05. 00 Faina e Rendimento Mínimo Garantido (RMG)
Local	Lisboa
Data	13 e 14 de Novembro de 2000
Nome	Seminário Internacional: Desempenho e Perfil Profissional
Local	Lisboa
Data	17 de Janeiro a 28 de Fevereiro 2000
Nome	Curso: As Parcerias no âmbito do R.S.I
Local	Lisboa
Data	27 e 28 de Novembro de 2000
Nome	Curso: Ética Profissional, Direitos Humanos e Responsabilidade Social.
Local	Lisboa
Data	Abril de 2000
Nome	Encontro NOEP : A Orientação Escolar e Profissional
Local	Lisboa
Data	12 e 13 de 1991
Nome	Seminário Petra sobre: Ensino Modular
Local	Lisboa

Experiência Profissional

Datas	A desempenhar funções desde 1 de Março de 2007
Entidade Empregadora	Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Leiria
Função ou cargo ocupado	Sucesso 24 Horas
Área Funcional/ Res. Associada	Empresa de Emprego Temporário “Outsourcing”
	Assistente Social – Técnica do Reforço
	Recepção de denúncias, elaboração do informe e apresentação dos casos em Reunião Restrita:

Data	Diligências, recolha de informação fase diagnóstica; Aplicação do Instrumento. Auxiliar de Diagnóstico Negligência e Abuso Sexual (Inventário CAPI); Visitas domiciliárias, em situações de acompanhamento e fase diagnosticam Participação nas reuniões de acompanhamento às crianças sinalizadas na CPCJ, com equipas técnicas das entidades com competência em matéria de infância e juventude; Programação, calendarização dos atendimentos às famílias em sede da CPCJ;. Elaboração de informação social, ofícios e comunicações ao Ministério Público Elaboração de pedidos de colaboração; Acompanhamento e tramitação de diligências para execução de procedimento de Urgência; Acompanhamento e deslocações de Crianças/jovens na concretização de medidas em meio institucional; Apresentação de casos acompanhados pela CPCJ de crianças para análise aos membros da Comissão Restrita; Encaminhamentos a Consultas de Psicologia, Desenvolvimento, e avaliações necessárias às entidades parceiras para acompanhamentos a mães, crianças e jovens.
Entidade Empregadora	Junho de 2004 até Setembro 2005. Fundação Para o Estudo Prevenção e Tratamento da Tóxico-Dependência, Programa Ocupacional Centro de Emprego de Cascais – POC
Função e Cargo Ocupado	Assistente Social
Área funcional e Responsabilidades Associadas	Actualização de dados de utentes, participação em acções de prevenção junto das escolas. Estabelecimento de contactos Inter- Institucionais. Organização e actualização de recursos ao nível da reinserção profissional de utentes.
Datas (de – até)	De Maio a Junho de 2004
Entidade Empregadora	Centro de Emprego de Cascais – POC Centro de Saúde da Parede “Estudo diagnóstico da População Alvo de Intervenção da Saúde Pública”
Função ou cargo ocupado	
Área funcional Responsabilidades	
Data	1 de Abril de 2000 a 30 de Setembro de 2003
Entidade Empregadora	Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor

	Adopção Inter-étnica: Motivações, Percursos de Vida e Inserção no Meio
Função ou cargo ocupado	Assistente Social –
Área Funcional	Lar de Reinserção
Responsabilidades Associadas	Seleção das famílias para o projecto (mães e filhos) Elaboração, execução e avaliação dos Projectos de Intervenção para cada família
família	Criação de parcerias e elaboração de Acordos de Cooperação. Encaminhamento escolar e/ou profissional (mães e filhos). Implementação do Programa de Competências Sociais e Parentais.
	Centro Social (CAOMIO) Programa de Competências Sociais/Parentais Organização de diversas acções de formação e sensibilização. Áreas: Saúde, Educação e
Principais actividades e	Formação Profissional para as utentes (implementação do Curso de
Educação e	Procura de respostas às necessidades nas áreas: Saúde, Educação e Inserção
Costura)	Elaboração de relatórios trimestrais para a Segurança Social
Responsabilidades	Identificação de Situações de Carência e Distribuição de alimentos do Banco
Profissional.	
Alimentar.	
Datas (de – até)	Abril de 1991até Janeiro de 1993 Maio de 1994 até Julho de 1994 Abril de 1995 até Agosto de 1995.
Entidade Empregadora	Casa Pia de Lisboa
Tipo de empresa ou sector	Contrato e Requisição de Serviço
Função ou cargo ocupado	Assistente Social
Área Funcional e Responsabilidade	Colégio de Pina Manique e Colégio e Nuno Alvares Pereira
	Seleção, Admissão e Acompanhamento de Alunos para o 5º an e curso de Nível Representante do NOEP (Núcleo de Orientação Escolar e Profissional); Entrevistas a famílias e alunos candidatos; Recolha de Dados Anamnésticos dos candidatos ao 1º ano escolar; Caracterização sócio -familiar da População Candidata.
Datas	Janeiro de 1986 Até Dezembro de 1987
Cargo ocupado	Trabalhadora Social
Nome e endereço do empregador	Aldeias S. O.S de Crianças - Kinderdorf International
Local	Colômbia
Área Funcional/ Responsabilidade	Entrevistas a candidatas a Mães Substitutas. Acompanhamento e seguimento das Famílias da Aldeia. Programação de férias, das Mães e Crianças. Acompanhamento às Crianças em contexto familiar Trabalho de Competências Sociais e parentais às Mães Seleção de Crianças candidata ao Colégio “Hermann Gmneier “ da “
Aldeia S.O.S	
Competências e Aptidões	
Pessoais	

Língua Materna
Língua Estrangeira
Compressão Escrita
Expressão Escrita
Expressão Oral

Espanhol
Português
Excelente
Bom
Bom

Competências e Aptidões Informáticas

Data 14/05/08 a 16/05/08
Frequência de Formação Profissional.
“Curso de Formação Profissional de Intervenção das CPCJ:Gestão de
Qualidade da Intervenção e
Da Informatização.
Segurança Social de Leiria

25/02/2008 a 30/03/08
Formação - CPCJ- Conhecer a Aplicação E- Learnig

19/09/05 a 22/12/05

Data
Carga Horária Curso de nível IV e V Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
444 Horas

IEFP de Cascais

Aptidões e competências sociais

Interacção com os outros em contextos formais ou informais, com capacidade de diálogo e discussão de ideias. Habitualmente interessa-me por debates e por defender os meus pontos de vista de forma saudável. Competências verbais adequadas a diferentes situações sociais. Boa capacidade de se adaptação a novos contextos, sejam eles de natureza pessoal, escolar ou profissional, respondendo de forma satisfatória ou boa às exigências que lhe são colocadas. Gosta particularmente de dinamizar grupos de debate, sabendo estimular os outros a exporem os seus pontos de vista e debaterem as divergências, numa lógica de exposição de argumentos e apresentação de hipóteses possíveis para a resolução dos problemas.

Aptidões e competências de organização

Boa capacidade de coordenar um projecto a nível profissional. Boa relação com a equipa de trabalho, procurando solucionar problemas através do diálogo. Participação activa na planificação e organização de actividades. Contacto diário com os destinatários. Defende as parcerias e o estabelecimento de contactos entre as entidades, algo que tem promovido sempre que possível, em nome do sucesso do projecto e do bem – estar dos destinatários. Procura incentivar o diálogo entre os técnicos e a discussão regular de casos, em reuniões ou em contexto informal, como a melhor forma de implementação de estratégias e protocolos de intervenção.

Aptidões e competências técnicas

Membro da Associação de Profissionais de Serviço Social de Portugal
Membro Provisório da Sociedade Portuguesa de Terapia Familiar de Portugal.

A razão pela qual me candidato , é por considerar que cumpro com os

Objectivos

requisitos exigidos, conto como uma boa experiência profissional em diversas áreas de intervenção, tenho especial interesse no trabalho com famílias, minorias étnicas e culturais, mantenho o interesse de actualizar e aprofundar os conhecimentos no campo profissional.

Motivações

Considerou que o trabalho de acompanhamento às famílias é importante se pretendemos alterações significativas na sociedade. Quando trabalhamos com as famílias estamos a pensar no superior interesse da criança. Criar todas as estruturas de suporte às famílias, reforças as competências, orientar no sentido da mesma mobilizar os recursos internos se no sentido de alterar e criar novas alternativas a fim de ultrapassar as dificuldades, como um processo de crescimento.

Trabalhar nesta área, implica trabalhar em prol dos direitos humanos, ao mesmo trabalhar para manter uma sociedade onde os cidadãos se sintam confiantes seguros e respeitados.

Cascai, 23de Fevereiro de 2010

Isabel Cristina Varón de Carvajal